

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
Curso de Geografia - Bacharelado

QUÉZIA PINHEIRO TOSTA

**ANÁLISE DAS PRAÇAS PÚBLICAS EM UM BAIRRO PERIFÉRICO NA CIDADE
DE CAMPO GRANDE- MS**

Campo Grande - MS

2025

QUÉZIA PINHEIRO TOSTA

**ANÁLISE DAS PRAÇAS PÚBLICAS EM UM BAIRRO PERIFÉRICO NA CIDADE
DE CAMPO GRANDE- MS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Geografia – Bacharelado, da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Akemi Ikuta

Campo Grande - MS

2025



**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA – BACHARELADO**

Às 9 horas do dia 5 de dezembro de 2025, reuniu-se a Banca Examinadora, sob Presidência da Professora Orientadora, para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Geografia - Bacharelado da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Acadêmico: **QUEZIA PINHEIRO TOSTA**,

RGA 2017.2109.009-6

Titulo: **"ANÁLISE DAS PRAÇAS PÚBLICAS DO BAIRRO NOVA CAMPO GRANDE NA CIDADE DE CAMPO GRANDE- MS"**

A banca composta pelos examinadores abaixo relacionados emitiu os seguintes conceitos:

Examinadores:

Conceito:

Profª. Drª. Flávia Akemi Ikuta - (Presidente)

Aprovado

Prof. Dr. José Paulo Marsola Garcia - (Membro)

Aprovado

Ma. Lusianne de Azamor Torres (Membro)

Aprovado

Prof. Dr. Ary Tavares Rezende Filho - (Suplente)

Conceito Final: Aprovado

Reprovado

Observação: A acadêmica deverá realizar as correções do texto indicadas pela banca, inclusive a mudança do título da versão final do trabalho.

Este é o parecer.

Campo Grande, 5 de dezembro de 2025.

**NOTA
MÁXIMA
NO MEC**
**UFMS
É 10!!!**



Documento assinado eletronicamente por **José Paulo Marsola Garcia, Membro de Colegiado**, em 05/12/2025, às 10:50, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**NOTA
MÁXIMA
NO MEC**
**UFMS
É 10!!!**



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Akemi Ikuta, Professora do Magistério Superior**, em 05/12/2025, às 10:54, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Lusianne de Azamor Torres, Usuário Externo**, em 05/12/2025, às 14:18, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6093490** e o código CRC **DA1CA252**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.016571/2025-60

SEI nº 6093490

RESUMO

Nos últimos anos, a demanda por espaços livres em zonas adensadas tem se intensificado, uma vez que, estes representam uma melhoria na qualidade de vida e valorização imobiliária. Neste sentido, destaca-se o papel das praças que proporcionam inúmeros benefícios, seja para a qualidade do meio ambiente e o equilíbrio ecossistêmico, quanto para a saúde e bem-estar da população do entorno, colaborando para o desenvolvimento sustentável. O presente trabalho aborda o bairro Nova Campo Grande, recorte territorial localizado na porção noroeste da cidade de Campo Grande - MS. Por se tratar de um bairro com extensão territorial considerável e possuir inúmeros vazios urbanos, sendo algumas dessas áreas verdes, propõe o mapeamento das praças do bairro, análise estrutural e percepção quanto aos seus usos atuais. Para isso, foi realizado levantamento bibliográfico e cadastral sobre a temática estudada, posteriormente procedeu-se com o mapeamento e levantamento fotográfico das áreas identificando seus usos e a análise da percepção sobre os seus usos atuais. Os resultados obtidos indicam que do total de praças identificadas, a maioria tem finalidades divergentes com a de uma praça, tal como o lazer, recreação, prática de exercícios, dentre outros. Desta forma, é necessário o melhor planejamento desses espaços considerando a sua regular manutenção.

Palavras-chave: Áreas verdes; Planejamento; Intervenção; Sustentável; Bairro Nova Campo Grande.

ABSTRACT

In recent years, the demand for open spaces in densely populated areas has intensified, as these represent an improvement in quality of life and increased property values. In this sense, the role of public squares stands out, providing numerous benefits, both for environmental quality and ecosystem balance, and for the health and well-being of the surrounding population, contributing to sustainable development. This work addresses the Nova Campo Grande neighborhood, a territorial area located in the northwestern portion of the city of Campo Grande - MS. Given the considerable territorial extension of the neighborhood and its numerous urban voids, some of which are green areas, this study proposes mapping the neighborhood's squares, conducting a structural analysis, and assessing their current uses. To this end, a bibliographic and cadastral survey on the subject was carried out, followed by mapping and photographic documentation of the areas, identifying their uses and analyzing perceptions of their current uses. The results indicate that most of the identified squares have purposes that diverge from those of a typical square, such as leisure, recreation, well-being, exercise, among others. Therefore, better planning of these spaces is necessary, considering their regular maintenance.

Keywords: Green areas; Planning; Intervention; Sustainable; Nova Campo Grande Neighborhood.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cronograma inicial para o reconhecimento e levantamento técnico acerca das praças públicas do bairro Nova Campo Grande.....	15
Quadro 2: Paisagem urbana da Praça Ivo Biazoto.....	42
Quadro 3: Paisagem urbana da Praça Jardim Carioca.....	43
Quadro 4: Paisagem urbana da Praça Jaqueline.....	45
Quadro 5: Equipamentos existentes nas praças do bairro Nova Campo Grande	47
Quadro 6: Check-list dos equipamentos existentes nas áreas públicas do bairro 1	51
Quadra 7: Check-list dos equipamentos existentes nas áreas públicas do bairro 2	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do bairro Nova Campo Grande, na cidade de Campo Grande – MS.....	32
Figura 2: Projeção de crescimento da cidade de Campo Grande – MS para 1970.....	33
Figura 3: Histórico dos loteamentos aprovados na cidade de Campo Grande – MS.....	34
Figura 4: Histórico dos loteamentos no bairro Nova Campo Grande.....	34
Figura 5: Aspectos demográficos do bairro Nova Campo Grande.....	35
Figura 6: Mapa de localização das praças do bairro Nova Campo Grande, na cidade de Campo Grande - MS.....	40
Figura 7: Imagem de satélite da Praça Conselheiro Ivo Biazoto no ano de 2025.....	41
Figura 8: Imagem de satélite da Praça Jardim Carioca no ano de 2025.....	43
Figura 9: Imagem de satélite da Praça Praça Juliane Aparecida Franco Machado no ano de 2025.....	44
Figura 10: Levantamento Fotográfico - Praça do Jardim Carioca (2025).....	48
Figura 11: Levantamento Fotográfico - Praça Juliane (2025).....	49
Figura 12: Levantamento Fotográfico - Praça Ivo Biazoto (2025).....	49
Figura 13: Imagem de satélite das praças e entorno 1.....	54
Figura 14: Imagem de satélite das praças e entorno 2.....	55

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Problematização.....	10
1.1.1 Questão central e Questões norteadoras.....	10
1.1.2 Objetivos.....	11
1.2 Categoria de análise: Espaço geográfico.....	11

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Levantamento bibliográfico.....	14
2.2 Levantamento cadastral.....	15
2.3 Caracterização da área de estudo.....	15
2.4 Percepção e análise estrutural das praças enquanto espaços com função social.....	15

3. BASES CONCEITUAIS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Espaço Público – As Praças.....	17
3.2 Principais funções socioculturais e ambientais	21
3.2.1 Lazer.....	22
3.2.2 Recreação.....	25
3.2.3 Bem-estar, Conforto térmico e Arborização.....	26
3.3 Análise das praças.....	27

4. CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO E SUAS PRAÇAS PÚBLICAS

4.1 Histórico do bairro Nova Campo Grande.....	30
4.1.1 Infraestrutura e Serviços.....	36
4.2 Histórico das praças públicas do bairro	38

5. PERCEPÇÃO E ANÁLISE ESTRUTURAL DAS PRAÇAS PÚBLICAS DO BAIRRO NOVA CAMPO GRANDE

5.1 Praças legalmente instituídas.....	46
5.2 Áreas públicas destinadas ou não às praças.....	50
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
7. REFERÊNCIAS.....	58

APÊNDICE

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem. Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo no lugar. (SANTOS, 1987, p. 144)

As cidades têm dinâmicas próprias com mudanças nas inter-relações ambientais, nas rotinas dos seus habitantes e, consequentemente, nas necessidades destes em relação ao meio. Conforme as habitações se tornaram menores em área construída devido à valorização do espaço, cada vez mais as atividades de lazer e estar foram suprimidas das residências e deixadas a cargo dos espaços abertos urbanos. Assim, a demanda por espaços livres públicos, especialmente áreas verdes como parques, praças e jardins, cresce no contexto urbano, especialmente em zonas adensadas, pela necessidade dos benefícios proporcionados por esses espaços.

As áreas verdes desempenham diversas funções importantes para a qualidade de vida urbana. Controle da poluição atmosférica, aumento da drenagem do solo, controle da poluição sonora e conforto térmico são benefícios físicos associados a essas áreas, que, além disso, proporcionam espaços para recreação, convivência, entretenimento, bem como, se tornam referencial histórico e compõe a identidade paisagística urbana (BENINI, 2009), (LONDE; MENDES, 2014). Os espaços públicos estão diretamente ligados à qualidade do meio urbano.

O Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece as diretrizes gerais da política urbana brasileira, estabelece a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (Artigo 2º, primeiro parágrafo). Em vista disso, o acesso a cidades sustentáveis é um direito que envolve o direito à infraestrutura urbana e qualidade dos serviços públicos para atuais e futuras gerações.

A cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, tem se destacado no *ranking* nacional de arborização urbana entre as capitais brasileiras¹ e foi até premiada recentemente como uma das cidades mais arborizadas do mundo². A cidade apresenta vasto

¹ Mais informações estão disponíveis em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticia/campo-grande-e-a-capital-mais-arborizada-do-brasil-aponta-ibge/>

² Para mais informações consultar: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2025/03/12/pela-6a-vez-campo-grande-e-premiada-como-uma-das-cidades-mais-arborizadas-do-mundo.ghml>

número de áreas verdes catalogadas pela prefeitura e definidas como parque ou praças, porém tais definições não abarcam todos os espaços públicos e as atividades que se fazem presentes. O espaço urbano atual não é democrático e não incentiva as manifestações de vida urbana e comunitária, seja pela falta dos espaços ou pela inexistente manutenção e equipamentos públicos, particularmente na periferia pobre da cidade.

Ao longo do tempo podemos constatar a diminuição das áreas verdes nos lotes residenciais, principalmente nos bairros populares, bem como a escassez em espaços urbanos voltados ao lazer. Em consequência, o lazer e a interação social têm sido paulatinamente prejudicados.

Neste contexto, as praças ganham relevância por trazerem inúmeros benefícios para a melhoria do ambiente urbano, como momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana, que favorecem o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas. A vegetação que geralmente está presente nesses espaços também favorece o bem-estar do homem, além de influenciar no microclima mediante a amenização da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar e a absorção de poluentes, além de incrementar a biodiversidade (TROPPMAIR e GALINA, 2003, *apud* BENINI, 2014, p.46).

Desde a Lei 6.766/79, que exigia a doação de 35% de terras para áreas públicas como condição para a aprovação de projetos de parcelamento do solo urbano³, é comum em diversos programas e projetos de habitação a inclusão de arborização e a reserva de áreas para praças, com destaque para seus múltiplos benefícios e usos. Mesmo em programas de habitação de interesse social, como o programa Minha Casa, Minha Vida, se aborda a questão da arborização para os empreendimentos na cidade de Campo Grande/MS, e, consequentemente, no bairro analisado neste estudo, o Nova Campo Grande. São seguidos os parâmetros estabelecidos pelo Governo Federal, com as seguintes especificações: 1 árvore para cada 2 unidades habitacionais, em casos de unidades unifamiliares⁴; podem ser contabilizadas árvores existentes ou plantadas; as árvores deverão ser plantadas, preferencialmente, ao longo das vias para sombreamento de calçadas ou para sombreamento de áreas de recreação e lazer.

Apesar do reconhecimento da importância das áreas verdes e praças como categorias de espaços livres essenciais para a vida na cidade, ainda é necessário ampliar o estudo acerca

³ Essa exigência foi alterada pela Lei 9.785/99, que estabeleceu como atribuição dos municípios a sua regulamentação, de acordo com os índices urbanísticos locais.

⁴ Portaria MCID N° 725 DE 15/06/2023, em que dispõe sobre as especificações urbanísticas para edificações contidas no Programa Minha Casa, Minha Vida.

dessas áreas urbanas, em especial as praças, conforme propomos aqui, bem como, a intervenção para a aproximação do cidadão junto às áreas públicas e a participação popular nas políticas públicas. O trabalho pode contribuir para o conhecimento das áreas urbanas, o uso que se dá atualmente e o incentivo para o planejamento de áreas verdes que atendam todos os bairros da cidade, em especial, os bairros populares e seus usuários de forma mais completa.

O uso do georreferenciamento como ferramenta de análise geográfica que permite a espacialização e localização destas áreas pode favorecer o planejamento urbano e futuras intervenções para requalificação, assim como ampliar o conhecimento dos moradores sobre o espaço vivido, seu lugar na cidade, o bairro. Espera-se que, a posse destas informações sensibilize a população do bairro Nova Campo Grande sobre a importância das áreas verdes ali localizadas e potencialize seu uso coletivo.

1.1 Problematização

1.2.1 Questão Central e Questões Norteadoras

A expansão urbana associada à valorização imobiliária são aspectos que contribuem com a diminuição das áreas verdes nos lotes residenciais, devido ao surgimento de novas construções. Em vista disso, locais que apresentem áreas verdes, a exemplo das praças, são procurados para o lazer, recreação, socialização, sensação de bem-estar proporcionada pela sombra das árvores, além de manifestações socioculturais.

No entanto, sabe-se que não há homogeneidade na distribuição e, sobretudo, na qualidade das áreas verdes e praças públicas existentes em uma cidade, quando se compara a situação da área central - geralmente de urbanização consolidada e mais adensada - e a periferia, onde predominam os bairros populares e novos parcelamentos e, ainda, bairros de classe média e alta onde há lotes maiores e praças bem equipadas e cuidadas.

Na cidade de Campo Grande-MS a prefeitura municipal tem promovido o *slogan* “capital dos ipês” devido à presença marcante dessa espécie, além de contar com instrumentos voltados ao planejamento ambiental, tais como o Plano Diretor de Arborização Urbana, vale mencionar também o reconhecimento concedido pelo programa “Tree City of the World” da ONU - Organização das Nações Unidas e Fundação Arbor Day, no qual, Campo Grande está entre as cidades mais arborizadas do mundo.

Considerando tais elementos, ampliar o olhar e promover discussões acerca das áreas verdes públicas, em especial das praças na cidade de Campo Grande, é ainda mais importante,

tanto na promoção de espaços de lazer como na percepção de que tais espaços também representam a identidade e a memória local.

Desta forma, para analisar os usos das praças públicas nas diversas regiões e bairros da cidade foi utilizado como recorte espacial o bairro Nova Campo Grande, que abrange 3 praças oficiais. Para a referida análise foram levantadas as seguintes questões: Quais são as praças existentes no bairro Nova Campo Grande? Quais os principais tipos de usos desses espaços públicos?

1.2.2 Objetivos

Para solucionar as questões formuladas, o objetivo geral foi: Analisar as praças localizadas no bairro Nova Campo Grande em Campo Grande – MS na perspectiva dos usos existentes. Especificamente, visamos:

Mapear as praças de domínio público no bairro Nova Campo Grande;

Averiguar os usos e as condições das praças identificadas;

Relacionar praças e áreas verdes do ponto de vista da percepção ambiental.

1.2 Categoria de análise: espaço geográfico

O desenvolvimento socioeconômico e o crescimento das cidades corrobora com o aumento no quantitativo de habitantes e das demandas sociais, tais como: moradia, trabalho, mobilidade urbana, saúde, educação, saneamento básico, aumento do consumo, dentre outros. Dentre essas demandas o estilo de vida marcado pelo aumento do consumo, indica uma sociedade capitalista, conforme Bauman denominou “sociedade do consumo” marcada por uma ‘cultura consumista’ na qual a felicidade é atribuída a realização pessoal por meio da obtenção de bens materiais e em que as relações sociais são cada vez mais efêmeras e onde “interações ‘face a face’ se tornam escassas’ (BENTO et. al 2023; BAUMAN, 1925).

No âmbito das relações sociais a sociedade capitalista potencializa o aprimoramento das técnicas e consequente avanço tecnológico, surgimento de fenômenos tais como: a globalização, a qual, de acordo com Milton Santos ocasionou o surgimento do meio-técnico-científico-informacional, em que “a informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. Os espaços assim requalificados atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos...” (SANTOS, 1994).

Em meio a essas transformações a ciência geográfica se mostra necessária na análise espacial, inicialmente a Geografia Tradicional abordou a questão do espaço não como um conceito-chave, mas, esteve presente de modo implícito na obra de alguns autores, a exemplo

de Ratzel que abordou sobre o espaço vital, e Hartshorne que discutiu acerca do espaço absoluto (CASTRO, GOMES, CÔRREA, 2000).

Já na corrente teórica da Geografia Teorético-Quantitativa o conceito de espaço aparece como um conceito-chave, mas, limitada a diferenciação espacial e a representação matricial concebendo a geografia como uma ciência do espaço (CASTRO; GOMES; CÔRREA, 2000).

Em contraponto a essa visão limitada do espaço, surgiu na década de 1970 a Geografia Crítica calcada no materialismo histórico-dialético, com destaque para Léfeuvre (1976) no entendimento de espaço enquanto espaço social ao afirmar que: “O espaço é *locus* da reprodução das relações sociais de produção”. (CASTRO; GOMES; CÔRREA, 2000).

Na mesma década (1970) surge a denominada Geografia Humanista “estudo da ação e da imaginação humanas e análise objetiva e subjetiva de seus produtos” (HOZEL, 1993-2008, p.137), posteriormente (1980) surge a Geografia Cultural com destaque para Sauer (1983), que é o estudo das paisagens a partir da fenomenologia da paisagem (SAUER, 1983, p.320 *apud* HOLZER, 1993-2008, p.137).

Associada a análise geográfica o conceito de percepção ambiental é fundamental no entendimento de mundo, concebida como “uma atividade, um estender-se para o mundo” (TUAN, 1974, p.14) é a forma como percebemos o espaço e o tempo, representa diferentes visões de mundo. Retomando o fenômeno da globalização a discussão feita por Tuan surge em meio a crise ambiental iniciada a partir da década de 1970 é marcada pelo aprimoramento das técnicas, surgimento de novas tecnologias de apropriação e uso da natureza (SANTOS, 2006).

Neste âmbito de transformações técnicas, o modo de vida passa a ser ritmado pelo trabalho, a relação homem e meio é modificada, bem como coloca Georges (1970) *apud* Souto (2016, p.204):

Prisioneiro desse universo ingrato, inquieto ao ver ensombrecer-se o céu e carregar-se de fuligem e de óleo o ar que respira, o cidadão quer reconquistar a natureza ou que lhe dá a ilusão de natureza. A ocupação do espaço periurbano ou extraurbano se expressa em termos e “lazer”. A vida do homem moderno, empenhada na economia e na sociedade industriais, seja qual for a sua profissão, é ritmada por ciclos escrupulosamente definidos por convenções de trabalho, e registrada no relógio de ponto ou no registro de antiguidade do trabalhador, ciclo cotidiano, ciclo hebdomadário, ciclo sazonal, ciclo da vida ativa, sendo apenas algumas variantes de acordo com a idade, a profissão, o sexo. Cada ciclo se define por um ritmo de alternação de trabalho e “lazer”. (George, 1970, p.134).

Deste modo, as concepções de espaço e tempo presentes na vida citadina do homem moderno, mudam, a partir das transformações sociais, do surgimento de novos modos de produção, impondo novos ritmos de trabalho o espaço passa a ser, então, o meio de produção e

reprodução do modelo capitalista. Esse ritmo demanda cada vez mais momentos de lazer e conexão com a natureza, definido por Sorre (1984), os espaços sociais são os locais ‘onde se desenvolve a existência do homem, onde se exerce a atividade de um grupo localizado’ (SORRE, 1984 *apud* SOUTO 2016, p.205).

Voltando o olhar para o espaço social, lócus da existência humana onde são desenvolvidas relações sociais, cabe a discussão acerca dos espaços públicos. Para Mendonça (2007) *apud* Cerqueira (2013, p.22-23) “A inserção de espaços públicos na malha urbana a partir do século XIX intentava amenizar aspectos impostos pela industrialização.” Dentre as características desses espaços, Lamas (2004) *apud* Cerqueira (2013, p.22) caracterizou especificando-os, tais como, praças, ruas e largos.

Desta forma, os espaços públicos se tornaram ainda mais importantes a partir da industrialização, haja visto, a busca por momentos de lazer e contato com a natureza, na tentativa de amenizar aspectos do trabalho impostos pela industrialização. A relação do homem com o meio passa a ser intensificada, sendo esses espaços, locais de trocas, sociabilidade e práticas esportivas.

Em relação às praças “Inicialmente compreendidas como o espaço público da cultura, da política e da vida social, com o passar do tempo estas passaram a ser conceituadas como o local no qual ocorrem as mais diversas atividades – sociais, comerciais, culturais, recreativas, esportivas” (ECKER, 2020, p.103). Desta forma, tornaram-se ponto de encontro, recreação e contemplação, além de possibilitar a melhoria na qualidade de vida, principalmente enquanto áreas verdes urbanas destinadas ao lazer.

No âmbito da cidade de Campo Grande, a Praça Ary Coelho, localizada na região central foi a primeira a ser construída, inicialmente com função de cunho religioso, sediando o primeiro cemitério da cidade Faracco (2012). Ao longo do tempo sua paisagem foi sendo modificada com o plantio de árvores, construção do coreto, fonte e demais estruturas.

O crescimento da cidade e o processo de planejamento urbano viabilizaram a destinação de áreas às praças, imprescindível para a melhoria da qualidade de vida, lazer, sociabilidade, práticas esportivas e contemplação. Em vista disso, o estudo teve como recorte espacial o bairro Nova Campo Grande localizado na região oeste da cidade, próximo ao aeroporto internacional e Campo Grande e do Núcleo Industrial, o qual, possui 17 áreas públicas, as quais possuem diferentes usos, tanto como áreas verdes urbanas e praças e também áreas abandonadas ou mesmo sem infraestrutura necessária às atividades de recreação, lazer, prática de exercícios ou mesmo descanso e contemplação.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada é do tipo exploratória, com abordagem quali-quantitativa, pois conforme Koche (2011, p.126) define “o objetivo fundamental de uma pesquisa exploratória é o de descrever ou caracterizar a natureza das variáveis que se quer conhecer” (p.126). O autor ainda afirma que “na pesquisa exploratória não se trabalha com a relação entre variáveis, mas com o levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização quantitativa ou qualitativa” (p.126).

Nesse sentido, utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa na análise das praças públicas localizadas no bairro Nova Campo Grande, partindo-se de levantamento bibliográfico, levantamento cadastral e posterior caracterização, mapeamento e análise da área de estudo. Em seguida, foi realizada análise da sua infraestrutura e posterior diagnóstico das praças, identificando possíveis problemas e respectivas soluções.

A seguir, descreve-se os procedimentos metodológicos adotados em cada etapa do trabalho:

2.1 Levantamento bibliográfico

Os levantamentos bibliográficos foram realizados durante todo o processo de elaboração da pesquisa. Utilizou-se artigos científicos, teses, dissertações e livros da área de geografia e demais áreas afins versando sobre arborização, área verde, espaço público, lazer, praça, percepção ambiental e conforto térmico.

2.2 Levantamento cadastral

O levantamento cadastral ocorreu por meio da busca de mapas e registros, leis e normas vigentes junto às secretarias Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Gestão Urbana (SEMADUR), Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB), Fundação Municipal de Esportes (FUNESP) e a utilização do Sistema Municipal de Geoprocessamento (SIMGEO e SISGRAN) visando identificar quais, quantas e onde estão situadas as praças públicas do bairro Nova Campo Grande.

2.3 Caracterização da área de estudo

Em relação a caracterização foi realizado o mapeamento do bairro Nova Campo Grande e das praças públicas situadas no bairro com suas respectivas localizações geográficas tendo o

apoio técnico do Laboratório de Planejamento e Gestão do Território - LAPA, da FAENG/UFMS.

Também foram pesquisados aspectos históricos do bairro e das praças, tais como: data de criação, infraestrutura, etapas de construção e, em relação às praças principalmente, a identificação dos tipos de usos, tais como: lazer, esporte e contemplação, estabelecidos a partir do planejamento urbano da cidade de Campo Grande – MS.

Associado a isso utilizou-se imagens de satélite por meio do Google Earth e do Quantum GIS, para promover a observação da área pesquisada por outra perspectiva, permitindo a constatação de características pertinentes ao estudo, como o mapeamento do uso e ocupação do solo, desde a denominação destes espaços como praças públicas.

2.4 Análise da infraestrutura das praças

Foi realizado o trabalho de campo, seguindo o roteiro (APÊNDICE I) para reconhecimento de área e levantamento técnico. Para a ida a campo e respectivo reconhecimento e levantamento técnico para posterior análise, foi estabelecido cronograma de visita às praças, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Cronograma inicial para o reconhecimento e levantamento técnico acerca das praças públicas do bairro Nova Campo Grande

Nome da Praça	Dia da semana	Período do dia
Conselheiro Ivo Biazoto	11/11/2025 – Terça	Manhã
Jardim Carioca	11/11/2025 – Terça	Manhã
Juliane Aparecida Franco Machado	11/11/2025 – Terça	Manhã

Elaborado pela autora, 2025.

No trabalho de campo foram utilizadas fichas cadastrais, para atualização da descrição e aspectos quantitativos e qualitativos das praças, em relação à infraestrutura, equipamentos e mobiliário urbano, bem como, registros fotográficos. Posteriormente, os dados foram analisados considerando: Infraestrutura (Equipamentos, Vias de acesso, Acessibilidade) e Aspectos ambientais das praças.

3. BASES CONCEITUAIS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Espaço Público – As praças

Quando se trata da qualificação do espaço é necessário estudar a morfologia urbana⁵, a composição do espaço e seus aspectos ambientais. Segundo Tuan (1974) *apud* Del Rio (1990), “O espaço transforma-se em lugar na medida em que se adquire definição, significado e uma determinada carga emocional para o observador. Quando podemos entendê-lo e coordená-lo através dos sentidos, conhecimento e sensações, ele se torna lugar, e segundo Hertzberger (2006), “os conceitos de público e privado podem ser interpretados como a tradução em termos especiais de coletivo e individual”.

Assim, o espaço é composto por elementos que evidenciam o público e destacam a história e a forma da cidade. Elementos como praças e ruas não são tidos apenas como resíduos da cidade, eles fazem parte da configuração e desenho das cidades como incorporador de interesses, pessoas e fomento do comércio. As praças são áreas de convergência, utilizadas para o lazer seja ativo ou passivo⁶, “é o lugar intencional do encontro do descanso, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e de prestígio e, consequentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas.” (LAMAS, 2004).

Para Robba e Macedo (2003) as praças são espaços públicos inseridos ao meio urbano, com o objetivo de proporcionar a seus usuários, convivência, recreação, entretenimento e até mesmo troca de culturas (ROBBA; MACEDO 2003). Elas são consideradas um elemento urbano que fazem parte do grande quebra cabeça considerado como cidade, estão ligadas a interações que existem neste sítio sendo elas sociais, formais e estéticas.

Para entender o papel da praça é necessário entender o contexto urbano em que ela surge. Ao longo da evolução da cidade e seu traçado, o papel da praça na urbe⁷ também foi largamente modificado, porém, segundo Robba e Macedo (2003, p.15) o que não mudou foi “o caráter social que sempre a caracterizou, permaneceu e permanece como sua mais intrínseca qualidade”.

⁵ Segundo Samuels (1986,*apud*: DEL RIO, 1990, p. 71) morfologia urbana seria: “... o estudo analítico da produção e modificação da forma urbana no tempo”. Segundo Del Rio, há então um estudo do tecido urbano e seus elementos construídos formadores da evolução urbana e das transformações no espaço, assim como dos processos sociais.

⁶ Marcellino expõe em seu livro Estudos do lazer – Uma Introdução aos tipos de lazer. Entre outros, o ativo e passivo é mencionado como forma de receber ou transmitir estímulos.

⁷ Urbe, termo grego que significa o mesmo que cidade.

O dicionário de urbanismo, proposto por Ferrari (2004) traz a definição de praça como “logradouro público⁸ urbano, geralmente de forma retangular ou quadrada, delimitado por vias ou edificações (...). Tradicionalmente, a praça é um local de reunião importante nas cidades” (FERRARI, 2004, p.297). O primeiro relato sobre as praças e sua história acontece em Atenas, onde a Ágora era o coração da cidade e o centro das atividades cívicas.

As piazzas, como são chamadas as praças da Itália, no seu período medieval também eram o centro social, abrigando casamentos, torneios, funerais e não se limitando apenas a um espaço aberto. A praça na maioria dos países exerceu fundamental importância porque vivenciou a evolução e crescimento da sociedade.

No Brasil colonial, as praças tinham papel marcante do desenho urbano, como afirma Robba e Macedo (2003):

As praças coloniais brasileiras tinham, pois, como característica formal dominante a presença de um templo em seu entorno; posteriormente, todas sortes de edifícios importantes da cidade também passaram a ser implantados nas suas imediações. (...) No Brasil, as primeiras praças possuíam caráter religioso, pois eram vistas como uma extensão da capela, e na frente destas praças existia até um certo comércio (ROBBA; MACEDO, 2003).

Historicamente, Robba (2002, p.79) aponta que no período colonial a praça tinha como funções, o convívio social, uso religioso, uso militar, comércio e feiras, circulação e recreação. Em comparação com o eclético, cujas principais funções destes espaços era a contemplação, o passeio, o convívio social e o cenário. Passando para o período moderno as praças passam a ter dentre suas principais funções contemplação, recreação, lazer esportivo, lazer cultural, convívio social e cenário. Em comparação ao período contemporâneo as funções são ainda mais variadas, tais como: contemplação, recreação, lazer esportivo, lazer cultural, convívio social, comércio, serviços, circulação de pedestres e cenário.

Neste viés histórico, as funções das praças foram modificadas e diversificadas desde usos religiosos e militares, passando pelo convívio social, contemplação, lazer até comércio, serviços e circulação de pedestres, bem como, aponta Gomes (2007, p.104) “...as praças, ao longo da história urbana brasileira, desempenharam papéis diferenciados na sociedade. Ora cívicamente, ora militarmente, esses logradouros se destacavam nas cidades pelas funções que exerciam.” Dentre os usos estão: “religiosos, militares, comerciais, de circulação, de lazer, de embelezamento e, principalmente, de convivência” (SANT’ANNA 2020, p.2).

⁸ Logradouro público é qualquer área urbana inalienável, sem edificações e destinada ao uso comum, como praças, parques, ruas, jardins, largos etc.

Além disso, o desenvolvimento e crescente avanço tecnológico ocasionou em novas demandas sociais, sendo os espaços públicos das praças pouco atrativos frente a era da globalização, difusão de informações, surgimento de shopping centers e utilização em massa da internet. Sobre isso, Gomes (2007) coloca:

Nos últimos tempos, as praças públicas perderam, principalmente nos grandes centros urbanos, a atratividade exercida para a população, tendo em vista a disseminação de novos padrões de consumo e lazer representados, sobretudo, pelos shopping centers, pela televisão e, mais recentemente pela internet (GOMES, 2007, p.107).

As praças enquanto espaços públicos perderam a atratividade frente às novas ferramentas tecnológicas e os novos padrões de consumo humano, a exemplo dos *shoppings centers*, televisão e internet. Acerca destes avanços tecnológicos é importante citar o denominado meio-técnico-científico-informacional, neste meio “A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação.” (SANTOS, 2006 p.160).

A informação circula de forma rápida sendo elemento fundamental para a sociedade, marcada pelo consumo e consumismo. “Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais” (SANTOS, 2006 p.160). Neste contexto do meio-técnico-científico-informacional os espaços públicos - a exemplo das praças - perdem a atratividade frente às necessidades da sociedade, voltada para os avanços tecnológicos, principalmente a internet.

Desse modo, a globalização evidenciou a crescente utilização da tecnologia e o espaço da praça deu lugar ao ciberespaço, espaços virtuais mais atrativos que possibilitam a troca de informações de forma rápida e a conexão em rede. Acerca do ciberespaço, Silva (2013) menciona:

“O ciberespaço emerge não como uma dimensão além humana e, por isso, muito além natureza. O ciberespaço constitui na verdade, uma dimensão da realidade complexa que as sociedades humanas contemporâneas construíram a partir de sua relação com a natureza. De certa forma, estudar o ciberespaço é estudar a questão das técnicas, enquanto elemento cultural de intervenção no espaço e ponte entre o humano e o natural.” (SILVA, 2013, p.46).

O ciberespaço está associado à idéia de compartilhamento de informação em rede por meio da internet, a difusão rápida da informação pelos veículos de comunicação. Isso possibilita a conexão e o acesso à informação de modo virtual e rápido, influenciando na percepção de tempo e espaço. Conforme Lemos (2015, p. 90), o ciberespaço “representa o mais recente

desenvolvimento da evolução da linguagem. Os signos da cultura, textos, música, imagens, mundos virtuais (...)".

Em vista disso, o ciberespaço influenciou o desenvolvimento da evolução da linguagem, além do compartilhamento de informações em segundos de tempo. Em relação a essa cultura tecnológica Daroda (2012, p.48) afirma que “A internet e sua crescente popularização permitem que partes do habitar das pessoas estejam presentes no espaço virtual” Segundo a mesma autora (2012) a cidade, atualmente incorpora estas novas funções estando em constante transformação, necessitando novas formas de usos e planejamento para os espaços públicos.

Retomando as funções dos espaços públicos na atualidade, em específico as praças, outro aspecto presente na concepção de praça na atualidade é a função de área verde e local de convívio das pessoas, conforme Gomes (2007):

Atribuir à praça a denominação de um espaço público é reconhecê-la como uma categoria entre os diversos espaços livres urbanos como parques, áreas verdes e áreas de lazer e, ao mesmo tempo, reafirmá-la como espaço ancestral onde, mesclam-se usos e grupos sociais diferenciados. No entanto, a praça, na atualidade, assume muito mais função de área verde e estética no espaço urbano brasileiro do que como local de convívio da população. Notadamente, esse fato pode ser observado com maior clareza, nos grandes centros urbanos, especialmente, nos bairros habitados pelos grupos de mais alta renda, ao contrário dos bairros populares (GOMES, 2007, p.102).

Cabe a diferenciação entre praça e área verde, sendo a primeira caracterizada como “espaço livre público cuja principal função é o lazer. Pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada”. Já a segunda - a área verde - é o local “Onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos” (PEREIRA LIMA, 1994, (Org.) *apud* LOBODA e ANGELIS, 2005, p.133). Em vista disso, as praças são sinônimo de área verde quando apresentam vegetação.

No âmbito da qualidade de vida e considerando este aspecto de área verde, as praças exercem influência no bem-estar da população, seja pela sensação de bem-estar proporcionada à sombra das árvores, pela prática de esportes, lazer, contemplação ou sociabilidade. As praças impulsionam hábitos mais saudáveis, como a prática de exercícios físicos e esportes, além do contato com a natureza e a criação de laços afetivos com o meio ambiente.

Entretanto, há um aspecto negativo a ser observado acerca dos espaços urbanos públicos é a segurança, sendo a falta de segurança associada ao crescimento da violência urbana, à desigualdade social e a falta de investimentos. Para NYGAARD (2010, p. 165, 2014 *apud* ALI; DE JESUS; RAMOS, 2020, p.68), “quando o ambiente é apropriado pelas pessoas, existe uma propagação da sensação de segurança no espaço público”. Complementar a isso, “Uma cidade

viva é aquela onde seus espaços públicos são valorizados e, consequentemente, também são mais seguros.” (GEHL, 2014 *apud* ALI; DE JESUS; RAMOS, 2020, p.68).

Muitas vezes, problemas infraestruturais e de manutenção comprometem a efetiva apropriação das praças pela população com segurança e, a esse problema, pode somar-se a diminuição do interesse pelas praças frente às novas tecnologias e as novas demandas sociais, que tem valorizado os shoppings centers, hipermercados e museus como espaços de convívio e de atração intrinsecamente ligados à lógica do consumo, em detrimento das praças públicas.

Entretanto, em especial nas cidades brasileiras, onde boa parte da população é excluída sócio espacialmente, o espaço público se torna vital como um respiro, um lugar de descompressão e precisa ser (re)valorizado como tal. Com isso, os espaços, a exemplo das praças, ainda são pontos de encontro e interação, de lazer, da prática esportiva, contemplação, passeio de pedestres, uma forma de retomar o contato com o meio ambiente em meio a uma era das redes e ciberespaços, que devem ser garantidos à todos os cidadãos.

3.2 Principais funções socioambientais das praças

Dentre as funções das praças, está o lazer, recreação, contemplação, passeio de pedestres, comércio e serviços, local de manifestações culturais. Macedo e Robba (2002) *apud* Viero e Barbosa Filho (2009) classificam as praças públicas, a partir de valores, tais como: valores ambientais, associados aos aspectos ambientais proporcionados pelas praças, ventilação e sombreamento pelas árvores; valores funcionais, relacionado ao lazer, ponto de encontro das pessoas, apreciação da paisagem e contemplação dos seus atrativos a exemplo de coretos e; os valores estéticos e simbólicos, exercendo a função social de compor a paisagem urbana e apreciação dos aspectos estéticos, tais como textura, cor, e também de identidade, representativo da história daquele local.

No aspecto social, as praças exercem a função de convívio e interação social, ponto de encontro da população, seja para diálogos ou mesmo contemplação como elemento da paisagem urbana. Os elementos que compõem a infraestrutura das praças, tais como coretos, fontes, vegetação arbórea, arbustiva ou herbácea contribuem para isso. As praças também se configuram como locais de memória e identidade, que estão presentes nas cidades desde o seu surgimento e que, apresentam transformações ao longo do desenvolvimento urbano.

Outro aspecto das praças são as manifestações culturais, tendo a praça enquanto espaço público social propício ao debate e manifestações políticas e reivindicações sociais, sendo reflexo da sociedade. Abre espaço para a discussão acerca das demandas da sociedade, bem

como, reivindicações cidadãs. Além disso, as praças também se tornaram ao longo do tempo espaço com a função de serviços e comércio, por meio de exposições, feiras, produção de arte, venda de artesanato, palco de shows, campanhas educativas, dentre outros.

Soma-se a isso a livre passagem de pedestres como representação de uma cidade em movimento, sendo caminho, rota de passagem da população. Há também a utilização das praças com intuito de recreação que proporciona brincadeiras, jogos e as mais variadas dinâmicas.

Atualmente, as praças mantêm sua principal função que é o lazer, porém, apresentam várias outras funções e são planejadas considerando múltiplas funções visando atender as demandas de uma sociedade em constante movimento e transformação.

3.2.1 Lazer

Para Dumazier (1973, p.34) *apud* Barbosa e Silva (2011, p.4) o lazer está relacionado a dois aspectos: a liberação e o prazer.

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações familiares e sociais. (DUMAZIER, 1973 p.34 *apud* BARBOSA e SILVA, 2011, p.4).

Desta forma, o lazer engloba um conjunto de ocupações humanas, vontades relacionadas a diversão, recreação, entretenimento e desenvolvimento realizadas com intuito de livrar-se das obrigações sociais e familiares.

A Geografia pode contribuir nos estudos do lazer, abordando-o a partir de suas categorias de análise espaço, território e lugar, conforme Oliveira e Lopes (2018, p.28) “uma das contribuições da Geografia aos estudos do lazer é o espaço, tendo em vista que é por meio do espaço que ocorre a prática do lazer”.

Sob a ótica do território o lazer envolve a lógica capitalista “na perspectiva econômica inclui pensar no espaço, seja ele urbano ou rural, sob uma lógica capitalista, na qual este espaço torna-se um produto pensado para atender as demandas de uma minoria” (OLIVEIRA e LOPES, 2018 p.30). Em vista desta lógica capitalista, o território do lazer é pensado visando atender as demandas da minoria.

Frank e Yamaki (2016, p.94) partindo da análise do espaço estabelecida por Milton Santos, estabelecem “três tipos básicos de espaços de lazer: espaços concretos de lazer (forma física dominante, atividade específica), espaços temporários de lazer (ruas, campinhos, atividades temporárias) e espaços virtuais de lazer (ciberespaço).” Com isso, o lazer pode ser

classificado em três tipos: concreto, temporário e virtual. Para Oliveira e Lopes (2018): “Nos espaços, os lugares de lazer, ou apropriados para tal prática, por meio da vivência, são permeados por características culturais, e que de certa forma, enriquecem o lazer humanizado.” (OLIVEIRA e LOPES, 2018 p.36).

Nesse sentido, o conceito de lazer perpassa pelo conjunto de ocupações humanas com intuito de livrar-se das obrigações sociais, é uma maneira de distração utilizada pelo ser humano e no âmbito da ciência geografia, o estudo do lazer perpassa pela utilização das categorias de análise geográfica, tais como: espaço, lugar, paisagem, região e território e implica em aspectos como relações de poder, características culturais, dentre outros. Gomes (2014) discutiu duas abordagens teórico-conceituais do lazer, sendo o lazer em contraponto ao trabalho e o lazer como uma necessidade humana, dimensão cultural.

O lazer em contraponto ao trabalho está associado ao tempo do “não trabalho”, principalmente, após as transformações ocasionadas pela Revolução Industrial que influenciou o modo de produção levando a novas divisões do trabalho e da concepção de espaço e tempo. Nesse contexto de transformações, o lazer tendo como características a improdutividade, liberdade e prazer foi inserido no denominado ‘tempo livre’ (GOMES, 2014, p.5). Em especial no século XXI essa oposição lazer e trabalho se torna ainda mais paradoxal, em vista da flexibilização e consequente precarização laboral, a gradativa divisão internacional do trabalho e expansão das fronteiras espaciais e temporais. (GOMES, 2014).

Ainda de acordo com o mesmo autor, o conceito de lazer, enquanto, necessidade humana da dimensão cultural, “enraíza-se na ludicidade constitui uma prática social complexa que abarca uma multiplicidade de vivências culturais situadas em cada contexto” (GOMES, 2014, p.9). Dentre estas ludicidades, estão: festas e celebrações, práticas corporais, jogos, músicas, conversações e demais experiências com feições de lazer, com significados particulares para quem vivencia (GOMES, 2014).

Em relação ao conteúdo virtual do lazer, Schwartz (2003), aponta que Dumazedier categorizou o lazer em 5 conjuntos culturais, tais como: físicos, manuais, estéticos, intelectuais e sociais, entretanto, “esta sectarização do lazer em conteúdos culturais, ao longo de décadas, foram alvos de incessantes críticas por inúmeros estudiosos da área (...) pois, poder-se-ia romper com o caráter de interação ou de totalidade inerente ao lazer” (SCHWARTZ, 2003, p.24). O conteúdo virtual associado ao lazer possibilita novas dinâmicas de acesso cultural e nessa perspectiva da virtualidade surge “um novo processo de re-criação da realidade cultural vigente” (SCWARTZ, 2003, p.30).

Marcellino (2021) aponta a tendência atual de associar o conceito de Lazer aos aspectos tempo e atitude, em relação ao aspecto tempo são atividades realizadas no intitulado ‘tempo livre’, seja em âmbito profissional, social, religioso e familiar. E acerca do aspecto atitude, o lazer é “caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida” (MARCELLINO, 2021, p.15). Em vista destes aspectos, são várias as concepções sobre Lazer, diversas definições, posto isso, cabe destacar que é comum a associação entre lazer e recreação, no entanto, apresentam características diferentes.

Bramante (1998) associou o Lazer a conquista de um tempo da não obrigação devido a necessidade crescente em dar uma finalidade ao tempo, associou também a uma experiência pessoal criativa, de prazer, diferente da recreação que estaria relacionada ao conceito de atividades. Essa experiência apresentaria um potencial socializador, motivação intrínseca e a percepção de liberdade, se aproximaria do amor, transcendendo os limites da existência, associada também às possibilidades de acesso aos bens culturais, influenciada por fatores sócio-políticos, econômicos e ambientais (BRAMANTE, 1998).

No âmbito do Brasil, cabe enfatizar que a constituição de 1988 no título II, capítulo II, artigo 6º, dispõe que o lazer é um direito social: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Soma-se a isso o disposto na seção III, artigo 217, que trata dos deveres do Estado em relação ao desporto, onde se afirma que: “§ 3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988).

O lazer, representa então, uma experiência pessoal que leva a percepção de liberdade em um determinado espaço e tempo podendo transcender a realidade, experiência viabilizada pelo acesso aos bens culturais, acesso, esse, condicionado pelos aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais. No Brasil, devido às desigualdades socioespaciais, nem todos têm acesso aos bens culturais, e reverter essa situação é um dos desafios enfrentados pelo planejamento urbano.

Desta forma, o lazer engloba um conjunto de ocupações humanas, vontades relacionadas a diversão, recreação, entretenimento e desenvolvimento realizadas com intuito de livrar-se das obrigações sociais e familiares.

3.2.2 Recreação

O termo recreação é um conjunto de atividades, enquanto, o lazer é um fenômeno cultural, e, dentre as primeiras abordagens sobre o conceito de recreação destaca-se Marinho et al. (1952), que aponta a origem do termo recreação como: “proveniente do latim *recreatio* (que representa *recreio, divertimento*),” posteriormente Brêtas (1997) e Marcelino (1990) apresentam um novo sentido ao conceito, o sentido de ‘recriar, criar de novo, dar novo vigor’ (RODRIGUES e BONALUME Orgs. 2011, p.12).

Os mesmos autores ainda indicam a importância de pensar a recreação a partir de práticas culturais:

Nos dias de hoje, impõe o significado de recreação como a reprodução de jogos e brincadeiras. Devido à sua tradição histórica e cultural em nossa sociedade, a recreação continua sendo perpetuada a partir da ênfase em aspectos técnico-operacionais, em detrimento de outros. Apesar das críticas efetuadas sobre a tradicional visão de recreação, ressaltamos a importância de diferentes práticas culturais disseminadas até mesmo nessa perspectiva para a compreensão de seu processo de construção (RODRIGUES; BONALUME Orgs., 2011, p.12).

Deste modo, a recreação envolve atividades lúdicas, brincadeiras e jogos no sentido de diversão e com viés educativo. Neste viés educativo, o conceito de práticas culturais associa-se a práticas espaciais, conforme Lévy e Lussault et. al (2003) *apud* Sodré (2021) há dois sentidos para a prática espacial, sendo o primeiro atrelado aos comportamentos em relação ao espaço e o segundo a dimensão espacial que inclui as atividades (jogos e seus lances).

Castro, Gomes e Côrrea (2000) definem as práticas espaciais como meios efetivos de garantir a gestão do território, dentre as práticas espaciais estão: a seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora. Em relação a seletividade refere-se à ação seletiva do Homem no espaço; a fragmentação-remembramento refere-se em âmbito político, às diferentes formas de controle do espaço; a antecipação espacial prática relacionada a localização de uma atividade; marginalização espacial, é a variação do valor atribuído a um lugar muda no decorrer do tempo (CASTRO, GOMES, CÔRREA, 2000).

Desta forma, as práticas espaciais, além de representar a relação entre os comportamentos no espaço e atividades, a exemplo dos jogos, incluem também a gestão do território considerando as várias práticas espaciais existentes. Retomando o conceito de recreação, Silva e Gonçalves (2017) afirmam que “a recreação deve ser entendida como um momento ou situação que proporciona alegria e prazer, que busca satisfazer as vontades e os desejos alcançados pelo lazer.

Para os mesmos autores (2017) a recreação pode ser de três maneiras, considerando o comportamento e forma do participante, tais como: Passiva, em que o indivíduo é o espectador, Ativa quando o participante participa de forma direta, e, Mista quando o indivíduo observa e participa (SILVA; GONÇALVES, 2017). “A recreação, portanto, quando sistematizada com sapiência poderá ser meio para a educação não formal, bem como ação apropriada para a diversão” (SILVA; GONÇALVES, 2017, p.14).

3.2.3 Bem-estar, Conforto térmico e Arborização

Para Nogueira (2002, p.109) em relação ao conceito de bem-estar:

As referências iniciais de bem-estar são a saúde física, felicidade e o prazer – sinônimos de bem – viver. Bem-estar é um conceito recente nas ciências humanas e se distingue tanto do prazer, da alegria e da felicidade, quanto do welfare, que tem um sentido mais próximo de ação para o bem-estar.

O bem-estar engloba as sensações humanas, envolve aspectos relacionados à saúde física do ser humano, tais como felicidade e prazer, está relacionado a qualidade de vida. Associado a sensação de bem-estar estão os espaços verdes, tidos como áreas destinadas a aproximação do ser humano com a natureza, a exemplo das praças e parques (LOBODA e DE ANGELIS, 2009 *apud* SANTOS, NASCIMENTO E REGIS, 2019 P.365).

Conforme Lima et al. (1994, p.558) *apud* Moura (2010, p.29) área verde é “Onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos.... hierarquizadas, segundo a tipologia (privadas, potencialmente coletivas e públicas) e categorias”. Além disso, Jardim e Umbelino (2020, p.5) pontuam que “A área verde, assume um papel importante por estar diretamente relacionada à qualidade do ambiente urbano”. Em vista disso, este espaço proporciona a sensação de bem-estar.

Dentre os aspectos presentes nas áreas verdes, está a presença de árvores e consequente arborização, que contribuem com a sensação de frescor em dias quentes. Deste modo, “a arborização corresponde à quantidade de árvores que estão plantadas dentro de um município” (NUCCI e CAVALHEIRO, 1999); (MORERO et. al, 2007); (NUCCI, 2008, *apud* JARDIM e UMBELINO, 2020, p.2). “diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo, dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas em calçadas fazem parte da arborização urbana, porém, não integram o sistema de áreas verdes” (MOURA, 2010, p.40).

Outro aspecto associado às áreas verdes é o conforto térmico, para Moura (2010, p.42) “A qualidade de vida humana passa pela qualidade do ambiente em que vivemos, no qual

podemos inserir os fatores físicos, químicos e biológicos”. Pitton e Castilho (2005, p.2) complementam que “As relações entre ambiente atmosférico e os seres humanos constituem uma área de estudo eminentemente interdisciplinar, denominada Bioclimatologia Humana” (PITTON e CASTILHO, 2005 p.2). Esta ciência possibilita o estudo da influência de fatores atmosféricos e climáticos na qualidade ambiental e qualidade de vida dos seres humanos.

Associando bem-estar e conforto térmico de áreas verdes, cabe destacar a importância dos métodos de análise para mensurar as áreas verdes, considerando seu nível de arborização, a exemplo do índice de área verde (IAV), conforme Harder; Ribeiro e Tavares (2006) que utilizaram o índice de áreas verdes no recorte espacial da cidade de Vinhedo. Tais autores consideram no cálculo a soma das áreas totais das praças em m², dividido pelo número de habitantes da área urbana. Dentre outros aspectos relacionados às áreas verdes está a possibilidade da prática de esporte, o lazer e a contemplação.

3.3 Análise das praças

O diagnóstico dos espaços públicos urbanos associa-se ao planejamento ambiental e urbano e a gestão ambiental, caracterizando-se como uma das fases do planejamento ambiental. Para Santos (2004, p.16) “a cidade foi composta ‘por partes’, sem a preocupação de torná-las interativas”, o que ele denominou de planejamento setorial, voltado para a discussão acerca de terrenos urbanos e múltiplas funções de uma cidade.

Após a Segunda Guerra Mundial, a discussão acerca do planejamento residia no modelo de consumo da sociedade capitalista, entre 1950-1960, surgem os planejamentos econômicos, discussões sobre os impactos ambientais, poluição, desigualdades e insatisfações sociais. Nesse cenário, surge uma visão holística e integradora do meio ambiente e a ideia de não haver um único modelo de desenvolvimento (SANTOS, 2004, p.17).

Apesar de não haver um único modelo de desenvolvimento, Santos (2004) indica que o melhor planejamento é aquele que contemple a participação da sociedade, considerando suas necessidades, segundo suas condições e representatividade social. Nesse sentido, “a ênfase do planejamento está na tomada de decisões, subsidiadas num diagnóstico que, ao menos, identifique e defina, o melhor uso possível dos recursos do meio planejado.” (SANTOS, 2004, p.17)

Dentre as metodologias para análise das praças públicas, Angelis e Castro (2004) indicam a análise quanto a sua estrutura física (mobiliário no âmbito qualitativo e quantitativo)

e seus usos (por meio de uma enquete de opinião), além de sua inserção na trama urbana, sua tipologia e toponímia. Em vista disso, para análise das praças do bairro Nova Campo Grande, em Campo Grande – MS, será utilizada a análise quanto à estrutura e usos.

Cavalheiro e Del Pichia (1992) compartilharam o espaço urbano em: Sistemas de espaços com construções; Sistemas de espaços de integração viária; Sistemas de espaços livres de construção, sendo este último associado ao Lazer, tais como Parques, Jardins e Praças. Os mesmos autores apontam a necessidade de classificar as diferentes categorias de espaços livres de acordo com suas classes de manutenção, visando facilitar o planejamento destas áreas.

Desta forma, as várias formas de analisar as praças, no contexto dos espaços livres urbanos ou espaços públicos perpassam pela análise de sua estrutura, usos, identificação de pontos positivos e negativos, diálogo com a população que utiliza estes espaços, posterior diagnóstico. Assim, contribuem com o melhor planejamento ambiental e urbano que contemple as várias funções das praças na atualidade, desde o lazer, recreação, bem-estar até comércio, serviços, eventos, segurança e qualidade ambiental.

No tocante às praças na cidade de Campo Grande-MS, o decreto 13.520, de 18 de maio de 2018, “regulamenta o uso e o funcionamento dos espaços públicos e próprios municipais para realização de eventos e dá outras providências” (DIOGRANDE, 2018). Em vista disso, dentre as funções das praças na cidade, está a realização de eventos.

De acordo com a segunda edição do relatório de diagnóstico das praças oficiais do município de Campo Grande – MS, dentre outras funções das praças na cidade estão: Recreação e Lazer/Passagem; Contemplação/Recreação e Lazer; Passagem/Contemplação; Recreação e Lazer/Contemplação/ Passagem, e, Área destinada a Praça (CAMPO GRANDE; PLANURB, 2021).

O mesmo relatório afirma que para que as relações sociais aconteçam “é imprescindível que esses espaços atendam às necessidades demandadas pela comunidade local, levando em consideração as características do seu entorno.” (CAMPO GRANDE; PLANURB, 2021, p.14) Soma-se a isso a designação de ‘praças oficiais’ como “espaços públicos caracterizados como praças, que possuam regulamentação de criação e/ou nomeação através de Lei ou Decreto” (CAMPO GRANDE; PLANURB, 2021, p.15).

Nesse sentido, é realizado um diagnóstico das praças no município sendo de extrema importância para o planejamento de ações que garantam suas funções sociais, atendendo às demandas da comunidade local. Assim, pesquisas científicas voltadas para análise dos espaços públicos, com enfoque nas praças, contribuem com a melhor compreensão dos diferentes usos

destes espaços, bem como, possibilita traçar um diagnóstico dos mesmos e possíveis intervenções/melhorias.

4. CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO E SUAS PRAÇAS PÚBLICAS

4.1 Histórico do bairro Nova Campo Grande

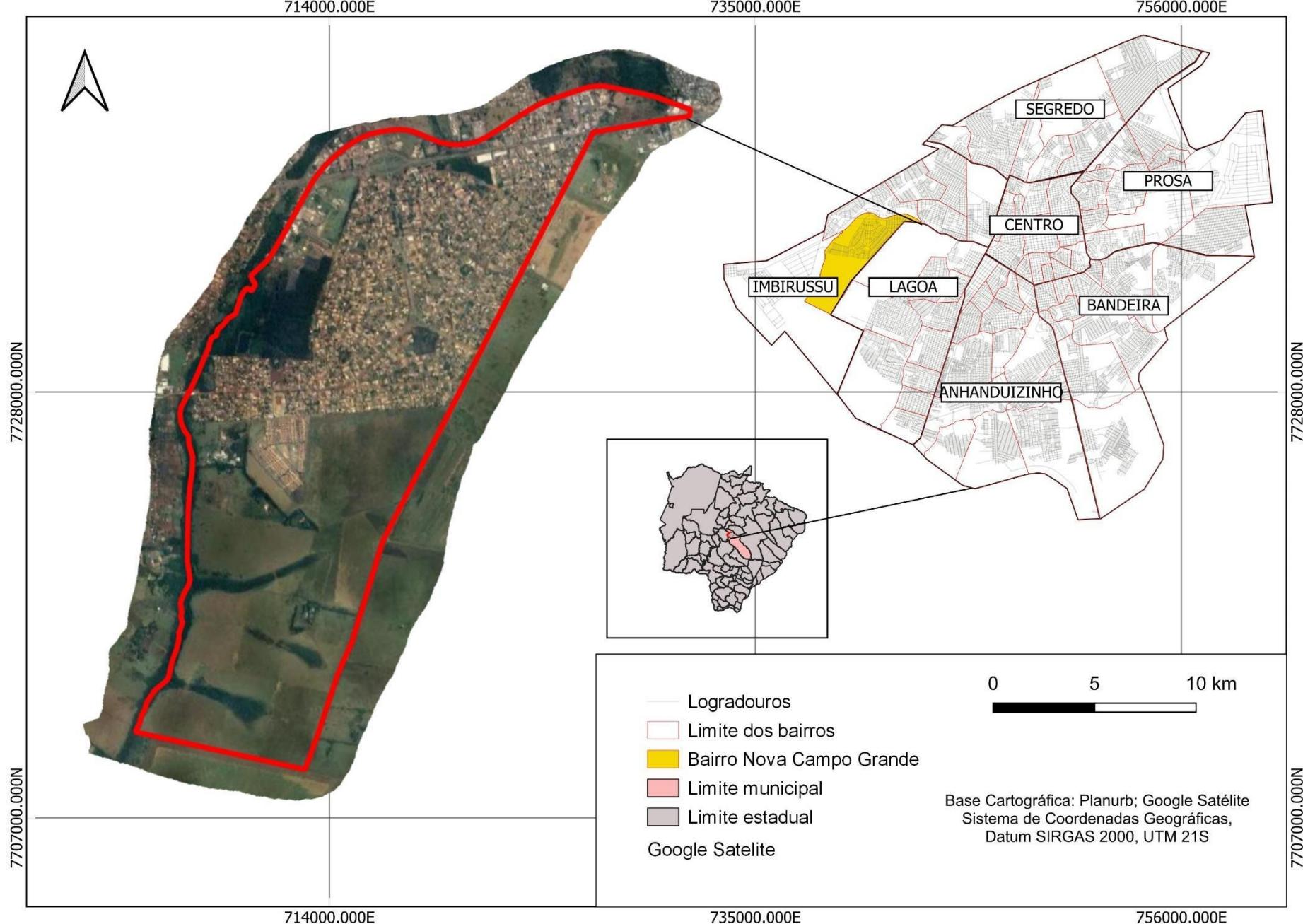
Antes de abordar especificamente o bairro alvo deste estudo, é importante apresentar algumas características gerais da cidade em que está inserido. Assim, de acordo com o Perfil Socioeconômico de Campo Grande – MS, 31 ed. (2024), a cidade de Campo Grande apresenta uma população estimada em 898.100 habitantes, sendo a área urbana de aproximadamente 35.941,08 ha, a taxa de urbanização de 98,7% e densidade demográfica de 111,1 hab/km².

Em relação aos recursos hídricos, o município de Campo Grande está situado sob duas Bacias Hidrográficas (BH) a Bacia do Paraná e a Bacia do Paraguai, em âmbito urbano a cidade possui 11 Bacias Hidrográficas urbanas, denominadas: “Anhanduí, Bandeira, Bálsmo, Coqueiro, Gameleira, Imbirussu, Lageado, Lagoa, Prosa, Ribeirão Botas e Segredo” (CAMPO GRANDE; PLANURB, 2024, p.75).

Além disso, possui um total de 74 bairros e 7 regiões urbanas, dentre as quais estão: Anhanduizinho, Bandeira, Centro, Imbirussu, Lagoa, Prosa e Segredo, sendo o bairro Nova Campo Grande (Figura 1), situado na região urbana Imbirussu. Em relação a esta região, possui o total de 7 bairros, sendo eles: Nova Campo Grande, Núcleo Industrial, Popular, Santo Amaro, Santo Antônio, Sobrinho e Panamá.

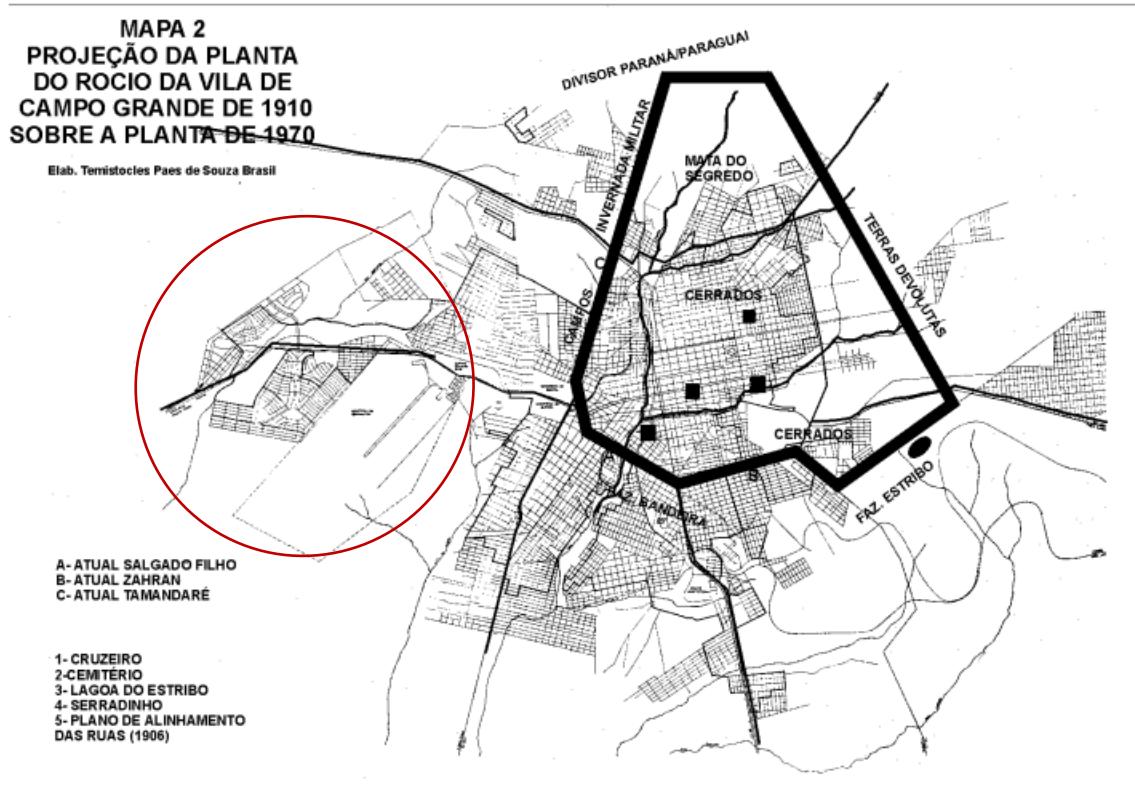
Acerca das praças, a cidade totaliza 148 praças oficiais no perímetro urbano e distritos. A região do Imbirussu apresenta um total de 20 praças oficiais, sendo 3 (três) praças estão localizadas no bairro Nova Campo Grande (CAMPO GRANDE; PLANURB, 2023, p.491, p.492).

Figura 1: Mapa de localização do bairro Nova Campo Grande, na cidade de Campo Grande - MS



No contexto histórico de normatização dos bairros da cidade de Campo Grande, datam da década de 1940, a partir do código de obras da cidade que determinou o primeiro zoneamento e diretrizes para loteamentos para todos os empreendimentos da cidade até a década de 1960, e dividiu a cidade em zonas (figura 2), sendo a zona de construção (zona central ou comercial, zona industrial, zona residencial) e zonas mistas (ARRUDA, 2001).

Figura 2: Projeção do rocio da cidade de Campo Grande – MS para 1970.



Fonte: Destacado pela autora, 205, a partir de ARRUDA, 2001

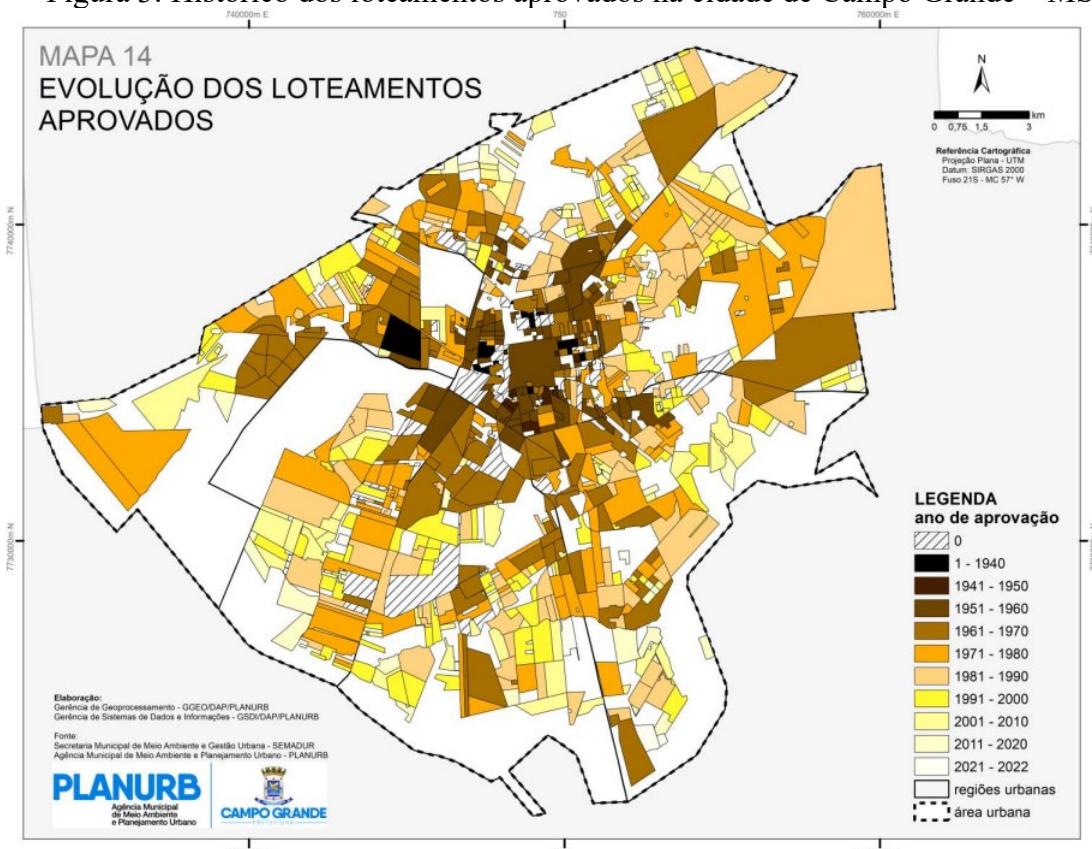
A partir da figura 2, observa-se no círculo vermelho a projeção do bairro Nova Campo Grande em 1970, com alguns loteamentos. Dentre outros instrumentos legais acerca do ordenamento do solo urbano da cidade de Campo Grande, estão: a Lei municipal nº 24 de 06 de abril de 1948 que institui a comissão do Plano da Cidade, sendo composta pelo Prefeito, vereadores, funcionários e cidadãos, no ano de 1959 é criada uma estrutura colegiada voltada ao planejamento, denominado CPU (Conselho de Planejamento e Urbanismo); em 1965 a cidade passa a ter um novo Código de Obras, no final da década de 1960 surge o primeiro Plano Diretor, intitulado: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI, sendo elaborado pela empresa Hidroservice Consultoria e sem a participação social, que impulsionou a criação de

uma série de propostas de infraestrutura urbana que se transformaram em leis (ARRUDA, 2001).

Em 1977 o arquiteto Jaime Lerner, tendo realizado propostas urbanas exitosas foi convidado pelo então prefeito da cidade de Campo Grande e elaborou junto com arquitetos locais o Plano de Diretrizes de Estruturação Urbana da cidade de Campo Grande. Posteriormente, a década de 1980 foi a que mais incorporou lotes na malha urbana, a exemplo do surgimento de vários conjuntos habitacionais totalizando mais de 15.000 habitações populares, somente entre 1980 e 1985 (ARRUDA, 2001).

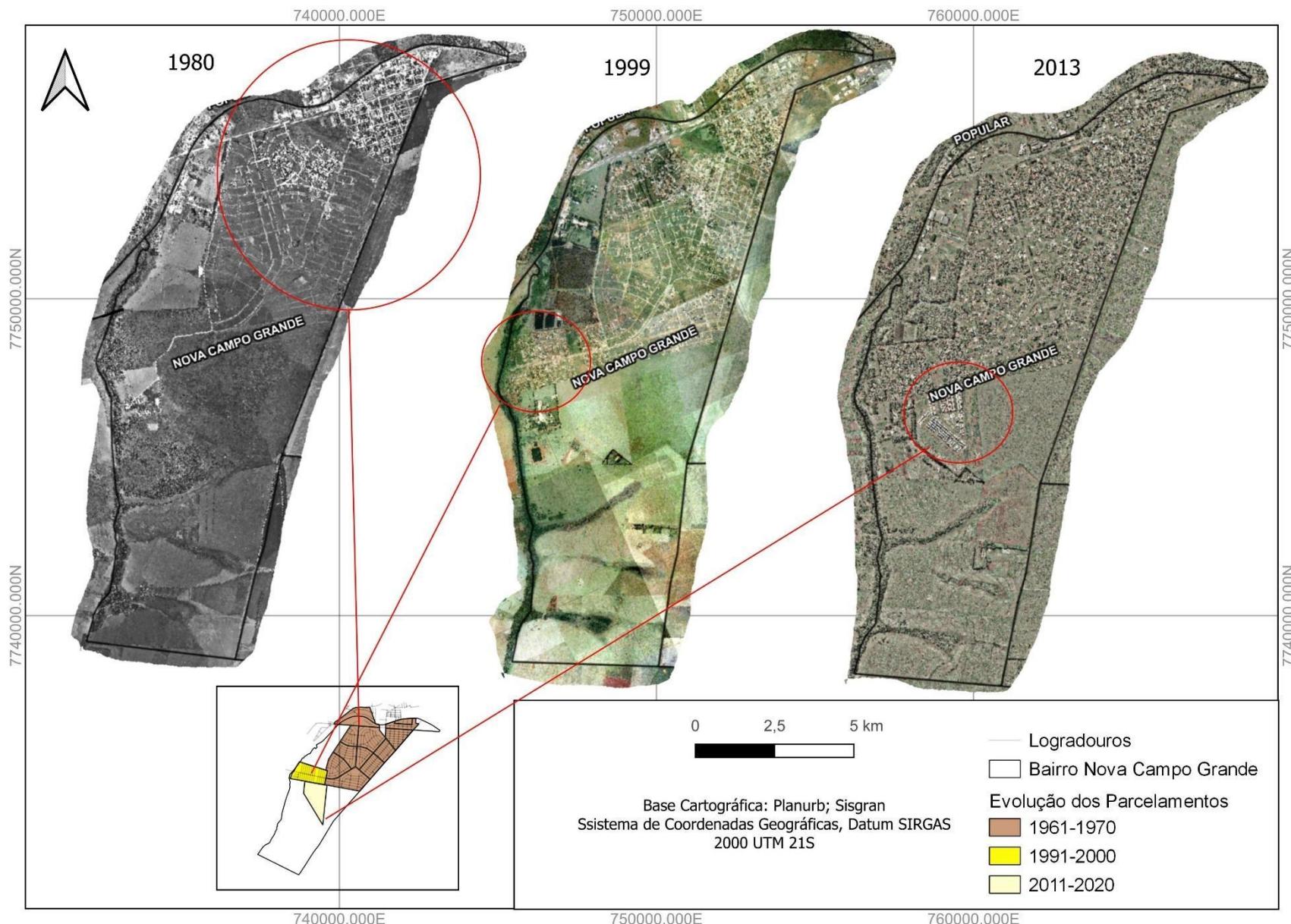
Nesse contexto histórico, somente em 1987 foi criada a Unidade de Planejamento Urbano de Campo Grande (PLANURB) e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) em um cenário de crescimento desordenado da cidade, tais órgãos tinham a finalidade de “estudar a cidade e propor soluções para os problemas que estavam ocorrendo à época” (ARRUDA, 2001, p.8). Desde a criação do código de obras em 1941 até os dias atuais observa-se o crescimento dos loteamentos urbanos, conforme figura 3.

Figura 3: Histórico dos loteamentos aprovados na cidade de Campo Grande – MS



Fonte: CAMPO GRANDE; PLANURB, 2023, p.106.

Figura 4: Histórico dos loteamentos no bairro Nova Campo Grande



Em vista dessa evolução dos lotes urbanos, cabe destacar que a aprovação dos loteamentos do bairro Nova Campo Grande ocorreu nos períodos de 1961-1970, 1991-2000, 2011-2020 (figura 4). A evolução urbana ocorreu principalmente entre 1991-2000 e 2011-2020, oriunda do desmembramento do denominado bairro “Nova Popular”, o qual, foi aprovado em 2 de fevereiro de 1963, compreendendo uma área de 646 hectares, dividida em 12 blocos, sendo 11 residenciais e 1 industrial. Atualmente, o bairro totaliza 20.950 pessoas (IBGE; PLANURB, 2024).

No aspecto populacional a cidade de Campo Grande não era tal qual é atualmente, na década de 1991 somava 526.126 habitantes chegando a 898.100 habitantes em 2022 (IBGE; PLANURB, 2024). No recorte espacial estudado dados do Censo Demográfico de 2010 estimam 10.161 habitantes (tabela 5)

Figura 5: Aspectos demográficos do bairro Nova Campo Grande

Variáveis	Nova Campo Grande
População total	10.161
População masculina	5.093
População feminina	5.068
População com idade de 0 a 4 anos	822
População com idade de 0 a 14 anos	2.587
População com idade de 15 a 64 anos	6.994
População com idade de 65 anos ou mais	580
Proporção da população no total da Região Urbana (%)	10,29
Mulheres em idade fértil (15 a 49 anos)	2.926
Idade média	30,04
Idade mediana	27,36
Razão de sexo (%)	100,49
Razão crianças/mulheres (%)	280,93
Índice de envelhecimento (%)	22,42
Razão de dependência demográfica (%)	45,28
Razão de dependência dos idosos (%)	8,29
Razão de dependência dos jovens (%)	36,99
Área (ha)	1.008,67
Densidade demográfica (hab/ha)	10,07
Domicílios particulares permanentes	3.114
Moradores em domicílios particulares permanentes	10.148
Média de moradores por domicílio	3,26

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010; CAMPO GRANDE; PLANURB (Orgs.), 2024

A área de estudo em questão bairro possui 1.008,67 hectares de extensão territorial com densidade demográfica equivalente a 10,07 habitantes por hectare, sendo a maioria masculina, mas apenas discretamente maior que a população feminina. Já a faixa etária com idade entre 15 e 64 anos é a maioria, totalizando 6.994 pessoas, o que representa 68,83% da população total do bairro Nova Campo Grande.

No comparativo com as demais faixas etárias de idade a população com idade de 65 anos ou mais representa apenas 5,70% da população total do bairro. Em seguida, a faixa entre 0 e 4 anos com 8,08% da população total, e a faixa etária de 0 a 14 anos com totaliza 2.587 pessoas, ou seja, 25,46% do total. Neste contexto demográfico, destaca-se que a idade média da população é de 30 anos e a mediana de 27 anos, sendo o índice de envelhecimento de 22,42%.

Em relação aos aspectos econômicos, o rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes totaliza R\$1.9797,48, enquanto o rendimento médio mensal da população totaliza R\$656,83, sendo que o dos homens totaliza R\$841,61 e o das mulheres R\$475,70. Esse rendimento médio mensal das mulheres é o segundo menor de todos os bairros da Região Urbana do Imbirussu e o dos homens o terceiro menor de todos os bairros da região (CAMPO GRANDE; PLANURB, 2024, p.201).

Ainda em relação ao aspecto econômico no âmbito da população por classe de rendimento, no ano de 2010 do total de 8.531 pessoas o bairro possuía 2.819 pessoas sem rendimento, 2.215 que recebiam mais de um a dois salários mínimos, seguidas por 1.889 pessoas que recebiam mais de meio salário mínimo, 910 pessoas recebiam mais de dois a cinco salários mínimos, 381 pessoas recebiam até meio salário mínimo, 245 recebiam mais de dez a cinco salários mínimos, 56 pessoas recebiam mais de dez a vinte salários mínimos e 16 pessoas recebiam mais de vinte salários mínimos, sendo o maior quantitativo a classe nominal sem rendimento, sendo a renda *per capita* do bairro de R\$551,46 (CAMPO GRANDE; PLANURB, 2024, p.201, p.202).

Em vista dessas características econômicas que revelam o perfil de um bairro periférico, é importante diagnosticar também outros aspectos do bairro Nova Campo Grande, tais como a infraestrutura e serviços básicos necessários ao desenvolvimento.

4.1.1 Infraestrutura e serviços

O bairro Nova Campo Grande possui pavimentação, rede de água, rede de esgoto, um trajeto com rede de gás natural, coleta convencional de lixo domiciliar não apresentando coleta seletiva, tampouco, ecopontos para entrega de resíduos (SISGRAN, 2023). Conta também com duas escolas voltadas à educação infantil (CAMPO GRANDE; PLANURB, 2023). A taxa de alfabetização chega a 94,50% em comparação com a taxa de analfabetismo de 5,50% (CAMPO GRANDE; PLANURB, 2023).

Acerca do mobiliário urbano e das vias de acesso ao bairro, há um trecho de ciclovia, semáforos, possui também vias coletoras e vias arteriais. Em relação às principais vias do bairro

estão: Avenida Duque de Caxias, Avenida Wilson Paes de Barros e Avenida Sete, como Vias Arteriais; Avenida Amaro Castro Lima, Avenida Dois, Avenida Três, Avenida Quatro, Avenida Cinco, Avenida Oito e Avenida Nove, a Rua Emilia Teodora de Souza e Rua Nilo Javari Barem como Vias Coletoras; ademais existem vias arteriais e coletoras projetadas (SISGRAN, 2023).

O tráfego de veículos é intenso por ser uma área próxima ao aeroporto da cidade e sendo que em parte do seu perímetro apresenta ferrovia, possui pontos de ônibus, mas não apresenta nenhum terminal de ônibus.

No âmbito do Planejamento Ambiental e Urbano, o bairro Nova Campo Grande, possui Zonas de Especial Interesse Ambiental, no limite territorial com o bairro Popular apresenta um ponto de Especial Interesse Cultural e duas Zonas de Especial Interesse Social (SISGRAN, 2024). Cabe destacar os conceitos relacionados a ambas as zonas de planejamento urbano e ambiental, conforme definiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Campo Grande (2019):

As Zonas Especiais de Interesse Ambiental - ZEIA são porções do território que apresentam características naturais, culturais ou paisagísticas relevantes para a preservação de ecossistemas importantes e manutenção da biodiversidade.

A Zona Especial de Interesse Cultural - ZEIC é constituída por áreas, edifícios ou espaços, urbanos e rurais, que apresentam ocorrência de Patrimônio Cultural e devem ser preservados visando evitar a perda ou o desaparecimento de suas características.

As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - são porções do território urbano, passíveis de serem utilizadas para programas públicos de regularização fundiária e produção de habitação de interesse social, de comunidades quilombolas e indígenas e de estoque de terras (DIOGRANDE, 2019).

O estabelecimento das Zonas Ambientais, Culturais e/ou Sociais é importante para o planejamento ambiental e urbano da cidade, definindo áreas de preservação segundo critérios. Neste viés do planejamento, áreas destinadas ao Lazer, a exemplo das praças, são imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar, sobretudo quando ocorre a presença de árvores.

Conforme afirmado anteriormente, a presença das árvores contribui com a arborização urbana e a sombra delas desperta a sensação de bem-estar em dias quentes, além de representar um aspecto cultural e social do bairro e da cidade, sendo parte da história do local onde está inserida.

No aspecto da Hidrografia, possui o Córrego Imbirussu, pertencente à Bacia Hidrográfica de mesmo nome, que também abrange o Parque Linear do Imbirussu. Já em relação ao esporte e Lazer, o bairro conta com 2 academias ao ar livre, 1 parquinho, 2 feiras ao

ar livre, sendo que uma ocorre quarta-feira das 16h às 22h e a outra terça-feira das 16h às 22h, o bairro também é uma área potencial para a agricultura urbana (SISGRAN, 2023).

No âmbito do lazer, destaque para as Praças, sendo três localizadas no bairro Nova Campo Grande, denominadas: Praça Jardim Carioca criada mediante Decreto nº13.520/2018 e órgãos gestor responsável a Fundação Municipal de Esporte (FUNESP), Praça Conselheiro Ivo Biazoto criada por meio da Lei nº3.403 de 1997, cujo órgão gestor é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR), e a Praça Juliane Aparecida Franco Machado criada pela Lei nº5.441 de 2015, sendo órgão gestor a (SEMADUR). Há também a Praça Vila Nova Campo Grande que possui academia ao ar livre.

Tais espaços são essenciais na melhoria da qualidade de vida, haja vista, que proporcionam momentos de descanso e contemplação em meio a paisagem urbana, a presença de árvores reforça ainda mais a sensação de bem-estar e conforto térmico. Além disso, é um incentivo a pausa do dia, potencializando momentos de convivência, trocas, criação de memórias e pertencimento. Soma-se a isso a prática de esportes ou mesmo exercício físico associados ao aumento da expectativa de vida.

Desta forma, compreender o histórico de criação desses espaços é também compreender o contexto histórico e cultural nos quais estão inseridos e percebê-los como espaços com múltiplos usos. Posto isso, nos itens seguintes será abordado a história das praças públicas do bairro.

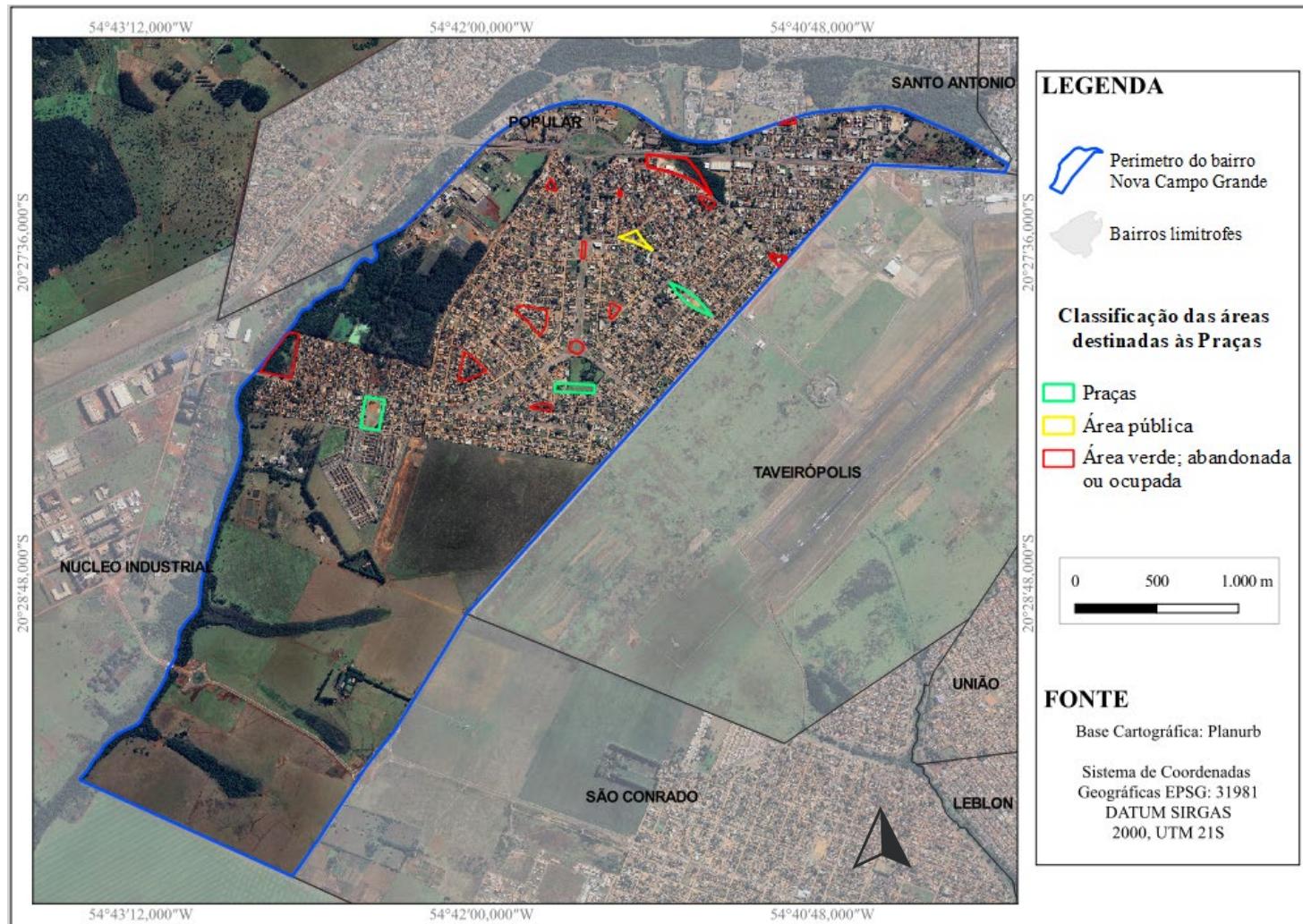
4.2 Histórico das praças públicas do bairro

No contexto histórico, urbanístico e da legislação o código de obras de 1940 estabeleceu um padrão de lote para a cidade, assim como a porcentagem de 20% para ruas e 20% para praças e jardins, sendo um importante instrumento regulador das áreas de praças até a década de 1970 (ARRUDA, 2001). Em relação às praças do bairro Nova Campo Grande, o bairro possui três praças oficiais, ou seja, legalmente instituídas, com infraestrutura e funcionamento condizentes com a função das praças.

As três praças são denominadas: Praça Conselheiro Ivo Biazoto, Praça Jardim Carioca e Praça Juliane Aparecida Franco Machado, ambas, possuem uma distância variando de 1 km a 2 km. Já as demais áreas foram atribuídas no loteamento do bairro como praças, mas, ou possuem apenas a finalidade de constituir uma praça ou são áreas já existentes que funcionam como praças, mas, que ainda não tem uma legislação própria, ou seja, uma legislação de criação.

A seguir (figura 6) o mapa com a espacialização de todas as áreas destinadas às praças públicas do bairro, conforme planta dos loteamentos urbanos. A simbologia do mapa é representada por meio de cores variando entre verde, amarelo e vermelho. A delimitação em verde são praças legalmente instituídas pelo poder público; em amarelo, áreas que funcionam como praças, mas, não tem legislação de criação, e, em vermelho, áreas atribuídas no loteamento para serem praças, mas, que carecem de infraestrutura e estão abandonadas ou com ocupação irregular.

Figura 6: Mapa de localização das praças do bairro Nova Campo Grande, na cidade de Campo Grande - MS



De acordo com o Diagnóstico das Praças Oficiais do Município de Campo do ano de 2023, as praças do bairro Nova Campo Grande, foram criadas mediante as seguintes legislações: A Praça Conselheiro Ivo Biazoto (Figura 6) foi criada por meio da Lei nº3.403 de 01/12/1997, sendo suas principais funções a Recreação e o Lazer, tendo como equipamentos e estrutura, bancos, sanitários e campo de futebol de terra (CAMPO GRANDE; PLANURB, 2023, p.230-231). Em vista da criação dessa praça, cabe traçar um panorama histórico desde sua criação, conforme Quadro 3.

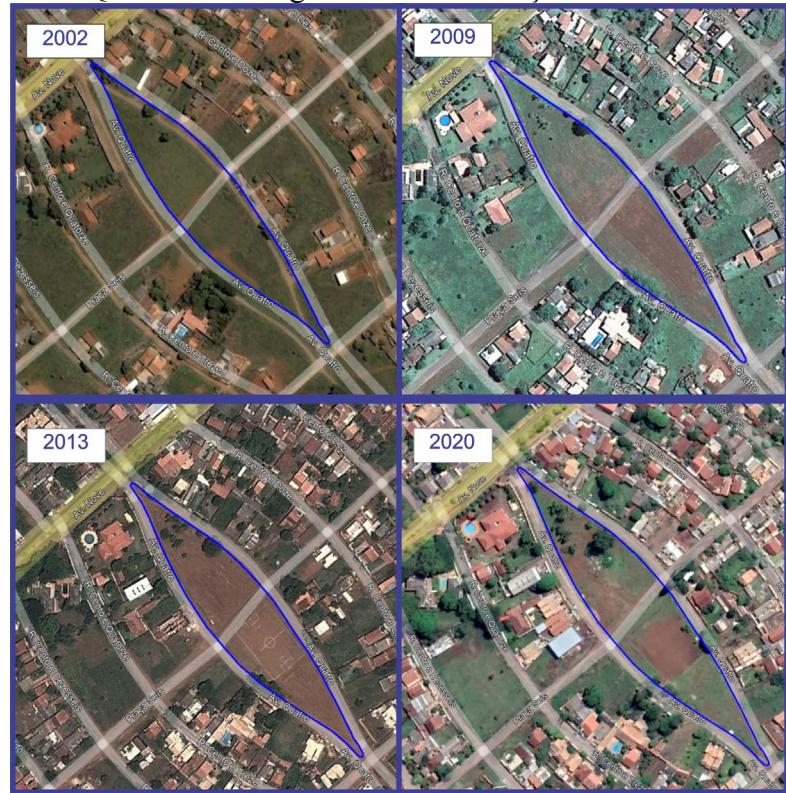
Figura 7: Imagem de satélite da Praça Conselheiro Ivo Biazoto



Fonte: Google Earth, 2025.

A partir do ano de sua criação datado de 1997 ocorreram transformações na sua paisagem, em especial nos anos de 2002, 2009, 2013 e 2018 (Quadro 2). No ano de 2002 a praça possuía poucas árvores no seu entorno e interior, sem a presença de infraestrutura no seu perímetro interno, assim como, vias de acesso não pavimentadas e poucas construções no seu entorno. Posteriormente, no ano de 2009 nota-se o surgimento da pavimentação asfáltica, o surgimento de mais construções no seu entorno, a presença sutil de mais árvores e vegetação. Em comparação com o ano seguinte (2013) em que há o surgimento de um campo de futebol de terra, com delimitação bem nítida, aparentemente a vegetação rasteira (grama) não existe mais no local da praça, e há o aumento considerável de construções, moradias no entorno.

Quadro 2: Paisagem urbana da Praça Ivo Biazoto



Fonte: Google Earth, 2002, 2009, 2013, 2020.

Já no ano de 2020, há o surgimento de possíveis estruturas próximas ao campo de futebol, observa-se também o surgimento de mais construções no entorno e o desaparecimento da vegetação arbórea próxima ao campo de futebol. Deste modo, ocorreram algumas transformações na paisagem urbana da Praça e entorno desde o ano de sua criação (1997).

Dentre as outras duas praças oficiais, está a Praça do Jardim Carioca (figura 8) criada por meio do Decreto nº13.520, de 18/05/2018, tendo como principais funções a Recreação e o Lazer, e apresentando os seguintes equipamentos: iluminação alta, pista de caminhada, campo de futebol de terra, quadra de areia, academia ao ar livre e placa de identificação (CAMPO GRANDE; PLANURB, 2023, p.232).

Figura 8: Imagem de satélite da Praça Jardim Carioca



Fonte: Google Earth, 2025.

Em um panorama histórico da praça do Jardim Carioca é possível observar no quadro 3, as transformações ocorridas ao longo do tempo, tais como: o surgimento sutil de árvores e vegetação rasteira já no ano de 2009 ocorre a delimitação de parte da praça.

Quadro 3: Paisagem urbana da Praça Jardim Carioca nos de 2009 e 2015



Fonte: Google Earth, 2009; 2015

No ano de 2015 observa-se a existência de pista de caminhada e a delimitação de quadra de areia. É possível observar também que há poucas árvores no entorno da praça e dentro do seu limite físico, com a mudança ocorrendo a partir de 2018 (quadro 3) onde também consta uma possível construção irregular. No ano de 2022, ou seja, sete anos após a delimitação de parte de sua área, a praça dispõe de uma quadra de areia e aparente área de academia ao ar livre.

Quadro 3: Paisagem urbana da Praça Jardim Carioca nos anos de 2018 e 2022



Fonte: Google Earth, 2018; 2022

A terceira e última praça oficial é a Praça Juliane Aparecida Franco Machado (figura 9), criada pela Lei nº5.441 de 05/01/2015, sem função bem definida e não apresentando nenhum equipamento e/ou estrutura.

Figura 9: Imagem de satélite da Praça Juliane Aparecida Franco Machado



Fonte: Google Earth, 2025.

O nome da praça é uma homenagem a Juliane, cidadã campo-grandense que lutou contra a doença intitulada Fibrose Cística, e pela conscientização desta, sendo membro da Associação do Fibrocístico de Mato Grosso do Sul, formada em Letras, trabalhou em várias escolas da rede estadual de ensino de Campo Grande (CAMPO GRANDE; PLANURB, 2023, p.234-235). Traçando um panorama histórico da paisagem da praça desde sua criação (2015) é possível observar (quadro 4) duas transformações ao longo do tempo.

Quadro 4: Paisagem urbana da Praça Juliane Aparecida Franco Machado.



Fonte: Google Earth, 2015, 2017, 2020, 2022.

A partir do quadro 4, observam-se mudanças na paisagem da Praça Juliane e entorno nos anos de 2015, 2017, 2020 e 2022. No ano de 2015 a praça não apresentava construções no seu perímetro interno e poucas árvores no canto inferior esquerdo. O entorno apresentava algumas construções e uma aparente propriedade rural. No ano de 2017 nota-se uma mancha escura, podendo ser uma possível área queimada próxima a área da praça, em comparação com o ano de 2020 em que há o surgimento de construções dentro do perímetro da praça que aumentam no ano de 2022.

Em relação a pavimentação do entorno da praça, nos anos de 2015, 2016 e 2018 há um aparente asfaltamento, mas, nota-se com maior evidência obras no asfalto no ano de 2021 com o surgimento de uma rotatória próxima a área da praça. Nota-se também uma área com aspecto de terra arada indicando uma possível plantação no entorno da praça. Desta forma, ocorreram transformações na praça e seu entorno ao longo do tempo.

Em vista dessas transformações ocorridas ao longo do tempo nas praças do bairro Nova Campo grande, é ainda mais importante uma análise atual quanto a infraestrutura, a presença

de equipamentos, condições e estado de conservação da praças, assim como vias de acesso, acessibilidade, aspectos socioambientais, quanto à existência ou não de resíduos sólidos urbanos, fauna e flora desses locais, a percepção dos frequentadores, visando traçar um diagnóstico que possibilite melhorias estruturais e a conservação destes espaços públicos.

5. PERCEPÇÃO E ANÁLISE ESTRUTURAL DAS PRAÇAS PÚBLICAS DO BAIRRO NOVA CAMPO GRANDE

5.1 Praças legalmente instituídas

O surgimento das praças no bairro Nova Campo Grande está diretamente associado com o planejamento urbano da cidade, sendo a primeira praça de Campo Grande - MS a Ary Coelho com a finalidade religiosa sediou o primeiro cemitério da cidade. Posteriormente, o traçado urbano da região central e crescimento populacional impulsionou a criação de loteamentos e o surgimento dos bairros.

Inicialmente os bairros foram se desenvolvendo e proporcionando a expansão de áreas construídas, onde antes eram glebas vazias, atualmente são residências, comércios e áreas públicas. Retomando os itens anteriores, tais transformações foram observadas ao longo do tempo no recorte espacial da pesquisa.

Referidas transformações evidenciam as dinâmicas socioespaciais locais, a forma como os espaços públicos são percebidos em meio a essa paisagem urbana em transformação, enquanto espaços destinados ao lazer, a prática de esportes, contemplação, bem-estar, dentre outros, que possibilitam a melhoria na qualidade de vida da população, mas, que nem sempre tem como uso atual essa finalidade.

Desta forma, inicialmente foi feita a análise estrutural dessas áreas legalmente instituídas como Praças e que atualmente exercem tal função social, a saber: Praça Conselheiro Ivo Biazoto, Praça Jardim Carioca e Praça Juliane Aparecida Franco Machado. Em conjunto a análise estrutural foi feita a análise da percepção socioambiental desses espaços quanto a sua destinação inicial e os seus usos atuais.

O quadro 5 mostra as características estruturais observadas nas referidas praças, tais como: a existência de bancos, iluminação, lixeiras, sanitários, bebedouros destinados a atender as necessidades básicas, e, também outras estruturas tais como: quadra esportiva, campos de futebol, campo de areia, os quais, proporcionam o lazer e recreação.

Além desses equipamentos, também observou-se a presença de cursos d'água, espelhos d'água, os quais, requerem uma faixa destinada à preservação permanente, também foi elencada a existência de placas de identificação seja como forma de se localizar e também identificar o espaço como uma Praça.

Quadro 5: equipamentos existentes nas praças do bairro Nova Campo Grande

Equipamentos/Estruturas	13. Praça Carioca		7. Praça G - Praça Juliana Aparecida Franco		8. Praça H - Conselheiro Ivo Biazoto	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
1.Bancos	x			x	x	
2. Iluminação	x			x	x	
3. Lixeiras		x		x		x
4.Sanitários		x		x		x
5. Telefone público		x		x		x
6. Bebedouros		x		x		x
7. Pista de caminhada	x			x	x	
8. Obra de arte		x		x		x
9. Espelho d'agua		x		x		x
10. Hidrometro		x		x		x
11. Estacionamento		x		x		x
12. Edificações	x		x		x	
13. Ponto de Onibus	x			x		x
14. Ponto de Taxi / Moto taxi	x			x		x
15. Quadra poliesportiva		x		x		x
16. Campo de futebol gramado		x		x		x
17. Campo de futebol de terra	x			x	x	
18. Quadra de areia	x			x		x
19. Aparelhos para exercícios físico	x			x		x
20. Academa ao ar livre	x			x		x
21. Parque Infantil		x		x		x
22. Curso de agua		x		x		x
23. Placa de Identificação	x			x		x

Fonte: Diagnóstico das praças oficiais do município de Campo Grande (PLANURB), modificado pela autora (2025).

Com base na figura acima, nota-se que nenhuma praça contemplou todos os equipamentos numerados, e, ambas apresentaram ausência da maioria dos itens com destaque para a Praça Juliana Aparecida Franco dotada apenas de edificações, seguida da Praça Ivo Biazoto que possui bancos, iluminação, pista de caminhada, edificações e campo de futebol de terra.

Em comparação a essas duas praças, a Praça do Jardim Carioca é a que dispõe de maior estrutura com bancos, iluminação, pista de caminhada, campo de futebol de terra, quadra de areia, aparelhos para exercícios, academia ao ar livre e placa de identificação.

Associando a questão da percepção ambiental foram feitos registros fotográficos (figuras 10, 11 e 12) das referidas praças em que é possível observar seu uso atual e comparar

a sua destinação inicial quando do ato de sua criação. Na figura 11, a Praça do Jardim Carioca, a que apresentou maior estrutura em comparação com as demais.

Figura 10: Levantamento Fotográfico - Praça do Jardim Carioca (2025)



Fonte: autora, 2025

Inicialmente a Praça do Jardim Carioca Praça do Jardim Carioca criada por meio do Decreto nº13.520, de 18/05/2018, teve como principais funções a recreação e o lazer e atualmente dispõe de infraestrutura e está sendo utilizada com essa finalidade, haja visto, a presença de equipamentos/estrutura de recreação, lazer e identificação, tais como placas de identificação, campo de futebol de terra, pista de caminhada, dentre outros.

Figura 11: Levantamento Fotográfico - Praça Juliane (2025)



Fonte: autora, 2025.

Já a Praça Juliane Aparecida Franco Machado (figura 12), criada pela Lei nº5.441 de 05/01/2015, inicialmente sem função bem definida, atualmente parte está ocupada por um comércio e parte terreno baldio.

Figura 12: Levantamento Fotográfico - Praça Ivo Biazoto (2025)



A Praça Conselheiro Ivo Biazoto foi criada por meio da Lei nº3.403 de 01/12/1997, sendo suas principais funções a Recreação e o Lazer, sendo observado nas imagens (figura 13) que dispõe de infraestrutura para a recreação e o lazer atuais.

5.2 Áreas públicas destinadas ou não as praças

O surgimento das praças públicas no bairro está associada ao planejamento urbano da cidade, o surgimento de loteamentos e aumento populacional demandou a destinação de espaços de lazer e recreação. Tais espaços nem sempre desempenham essa função ou dispõem de equipamentos/infraestrutura necessária.

No bairro Nova Campo Grande, além das praças legalmente instituídas há também espaços públicos destinados à construção de praças, ou seja, foram aprovados no loteamento, mas, que não possuem infraestrutura, se enquadram apenas como áreas verdes, estão abandonados ou com ocupação irregular.

Na questão das áreas verdes, a Lei Federal n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano instituiu uma porcentagem para áreas verdes. Porém a mudança na lei n. 9.785 de 1999 coloca a responsabilidade para as Prefeituras. No recorte espacial estudado quase a totalidade dos loteamentos é anterior à lei de 79, ou seja, não existia tal exigência à época e posteriormente referida área ficou limitada a um percentual menor.

Além dessas áreas públicas destinadas à construção das praças há também espaços públicos que atualmente funcionam como praça, mas, não dispõem de legislação específica, ou seja, não foram identificados e/ou destinados pelo poder público para tal finalidade. Portanto, procedeu-se a análise (quadro 06 e 07) dessas áreas (destinadas ou não à construção das praças) a partir da identificação da estrutura/equipamentos existentes.

Quadra 6: Check-list dos equipamentos existentes nas áreas públicas do bairro 1

	1. Praça A		2. Praça B		3. Praça C		4. Praça D		5. Praça E		6. Praça F		9. Praça I	
Equipamentos/Estruturas	Sim	Não												
1.Bancos		X		X		X		X		X		X		X
2. Iluminação		X		X		X		X		X		X		X
3. Lixeiras		X		X		X		X		X		X		X
4.Sanitários		X		X		X		X		X		X		X
5. Telefone público		X		X		X		X		X		X		X
6. Bebedouros		X		X		X		X		X		X		X
7. Pista de caminhada	X			X		X		X		X		X		X
8. Obra de arte		X		X		X		X		X		X		X
9. Espelho d'agua		X		X		X		X		X		X		X
10. Hidrometro		X		X		X		X		X		X		X
11. Estacionamento		X		X		X		X		X		X		X
12. Edificações		X	X		X		X		X			X		X
13. Ponto de Onibus		X		X		X		X		X		X		X
14. Ponto de Taxi / Moto taxi		X		X		X		X		X		X		X
15. Quadra poliesportiva		X		X		X		X		X		X		X
16. Campo de futebol gramado		X		X		X		X		X		X		X
17. Campo de futebol de terra		X		X		X		X		X		X		X
18. Quadra de areia		X		X		X		X		X		X		X
19. Aparelhos para exercícios físico			X		X		X		X		X			X
20. Academa ao ar livre		X		X		X		X		X		X		X
21. Parque Infantil		X		X		X		X		X		X		X
22. Curso de agua		X		X		X		X		X		X		X
23. Placa de Identificação		X		X		X		X		X		X		X

Fonte: Elaborado pela autora (2025) com base no Diagnóstico das praças oficiais do município de Campo Grande (PLANURB).

Quadro 7: Check-list dos equipamentos existentes nas áreas públicas do bairro 2

	10. Praça J		11. Praça k		12. Praça W		14. Praça Gal. Lavaquial Biosca - Eliane		15. Área Verde - Serradinho		16. Praça sem denominação		17. Área Recreação Passiva - Carioca	
Equipamentos/Estruturas	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
1.Bancos		X		X		X		X		X		X		X
2. Iluminação		X		X		X		X		X		X		X
3. Lixeiras		X		X		X		X		X		X		X
4.Sanitários		X		X		X		X		X		X		X
5. Telefone público		X		X		X		X		X		X		X
6. Bebedouros		X		X		X		X		X		X		X
7. Pista de caminhada		X		X		X		X		X		X		X
8. Obra de arte		X		X		X		X		X		X		X
9. Espelho d'agua		X		X		X		X		X		X		X
10. Hidrometro		X		X		X		X		X		X		X
11. Estacionamento		X		X		X		X		X		X		X
12. Edificações	X			X	X			X	X			X		X
13. Ponto de Onibus		X		X		X		X		X		X		X
14. Ponto de Taxi / Moto taxi		X		X		X		X		X		X		X
15. Quadra poliesportiva		X		X		X		X		X		X		X
16. Campo de futebol gramado		X		X		X		X		X		X		X
17. Campo de futebol de terra		X		X		X		X		X		X		X
18. Quadra de areia		X		X		X		X		X		X		X
19. Aparelhos para exercícios físico			X			X			X			X		X
20. Academa ao ar livre		X		X		X		X		X		X		X
21. Parque Infantil		X		X		X		X		X		X		X
22. Curso de agua		X		X		X		X		X		X		X
23. Placa de Identificação		X		X		X		X		X		X		X

Fonte: Elaborado pela autora (2025) com base no Diagnóstico das praças oficiais do município de Campo Grande (PLANURB).

A partir das figuras acima observam-se os aspectos estruturais dos espaços públicos destinados à construção das praças e/ou que desempenham tal função atualmente. É importante enfatizar que a cor vermelha identifica áreas atribuídas no loteamento do bairro para serem praças e a cor amarelo são áreas que a Prefeitura não identificou e não possuem legislação própria, mas, que funcionam como praça atualmente.

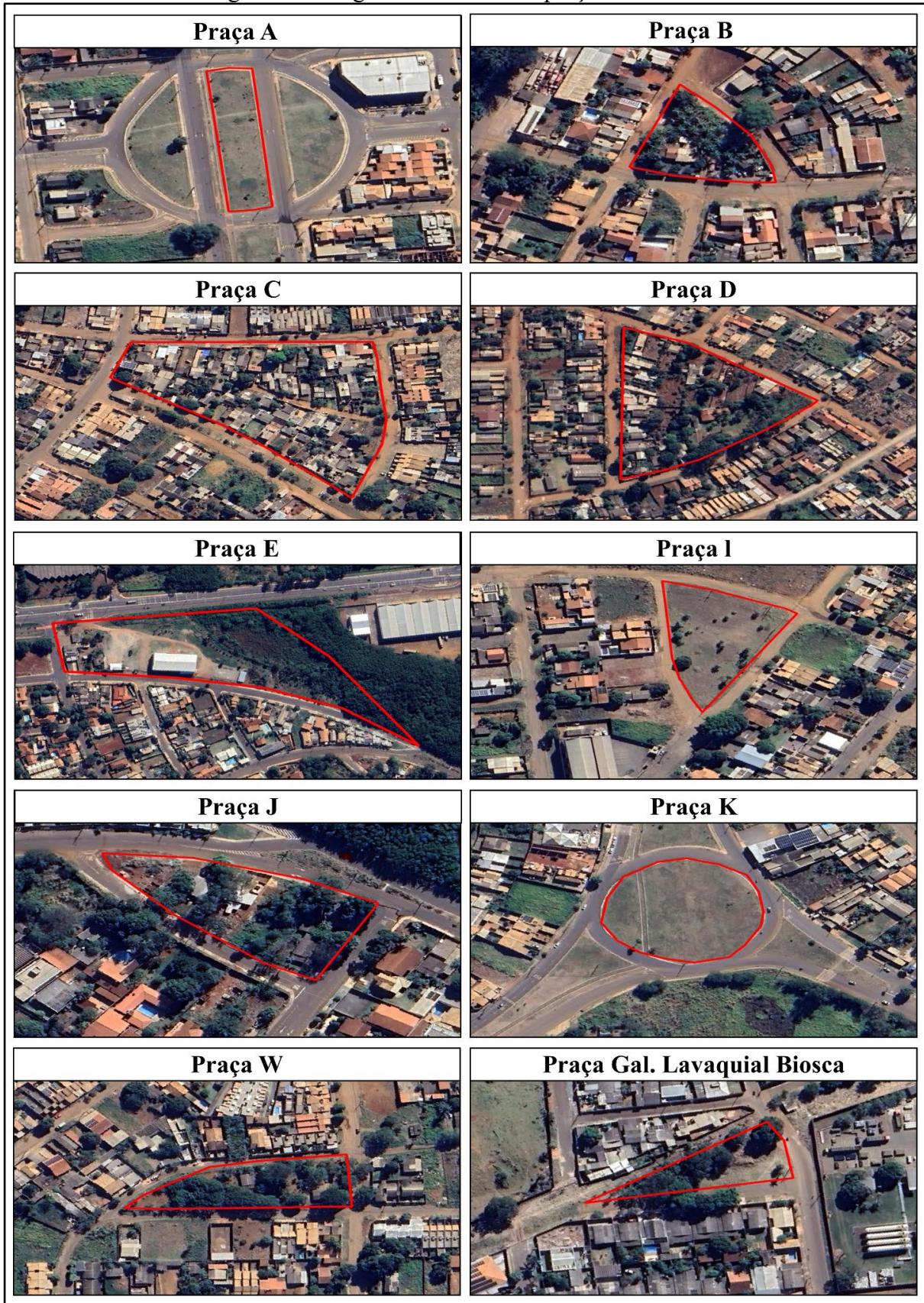
As áreas identificadas pela numeração 9, 11, 14, 16 e 17 não pontuaram nenhum dos itens listados, ou seja, ausência de equipamentos e infraestrutura em comparação com as demais áreas. Já as áreas 1, 2, 3, 4, 5, 10, 12 e 15 pontuaram apenas um item sendo a pista de caminhada observada apenas na “Praça A” e edificações nas demais praças. Desta forma, referidas áreas que foram destinadas aos espaços das praças não dispõe de estrutura para tal finalidade ou carecem de melhorias.

Em relação a área 6 “Praça F”, atualmente desempenha a função de praça e pontuou 12 itens, dentre os quais estão: bancos, iluminação, lixeira, pista de caminhada, ponto de ônibus, quadra poliesportiva, campo de futebol gramado, quadra de areia, academia ao ar livre, parque infantil e placa de identificação.

A existência da referida área sem a sua identificação/reconhecimento pela Prefeitura enquanto Praça com uma legislação própria, mostra um desconhecimento da realidade dos bairros e suas áreas de lazer. Ainda, uma falha de mapeamento da prefeitura visto que a praça com equipamentos públicos não aparece no diagnóstico.

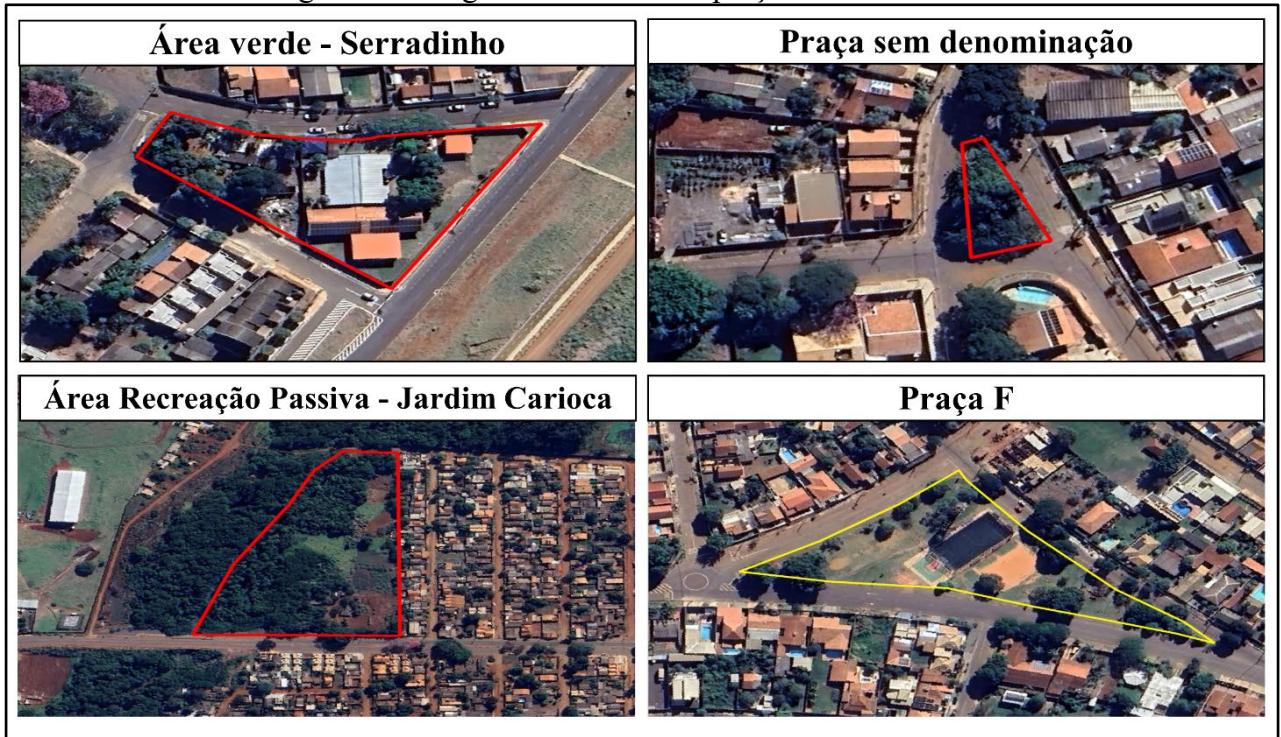
A seguir, o levantamento fotográfico das praças identificadas nas figuras 13 e 14 com a cor vermelha mostra que a ocupação irregular aumentou consideravelmente e que estão com o uso desvirtuado em contraponto a “Praça F” que possui tal finalidade, mas, não dispõe de legislação de criação.

Figura 13: Imagem de satélite das praças e entorno 1



Fonte: Google Earth Pro

Figura 14: Imagem de satélite das praças e entorno 2



Fonte: Google Earth Pro

A partir das figuras acima observa-se também o entorno dessas praças com um adensamento populacional. Já em seus respectivos perímetros há vegetação do tipo herbácea e/ou arbórea, edificações do tipo residencial, com exceção da “Praça F” que mais desempenha a função de praça com a existência de uma quadra poliesportiva e quadra de areia. Desta forma, esses espaços estão sendo utilizados para outros fins.

Vale mencionar que o bairro abrange parte do Parque Linear do Imbirussu, também presente no perímetro da “área de recreação passiva - Jardim Carioca”, este referido parque não possui equipamentos públicos para uso (quadras, bancos) e seu horário de funcionamento é limitado aos dias de semana.

Considerando a praça como uma unidade menor de parque, o mais próximo seria o Parque Linear do Imbirussu, citado acima, porém, a distância até o parque dura em torno de 30 minutos a pé, o que inviabiliza o deslocamento, haja visto, que os espaços públicos destinados às praças em sua maioria não dispõem de infraestrutura necessária para o lazer, recreação, prática esportiva ou não tem essa finalidade atualmente.

Retomando a questão das praças oficiais do bairro: Ivo Biazoto, Jardim Carioca e Praça Jaqueline a distância entre elas varia de 1 a 2 km, com isso, o tempo de deslocamento até esses espaços influencia na rotina e na qualidade de vida dos moradores. Além da questão do

deslocamento, a existência de vegetação é um atrativo à parte, pois, a sombra das árvores em dias de calor intenso proporciona a sensação de bem-estar.

Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) sugere um índice de referência de, no mínimo, 12m² de área verde por habitante para garantir uma boa qualidade de vida urbana, mas isso é uma recomendação, não uma obrigação legal federal direta nos loteamentos brasileiros.

Considerando tal recomendação a presença de áreas verdes no bairro também contribui na melhora da qualidade de vida, apesar de, a capital apresentar um déficit⁹ de quase 5 mil hectares de cobertura arbórea, sendo a região do Imbirussu, a qual está localizado o bairro com déficit de 14%. O estudo segue a regra 3/30/300, avistar 3 árvores sadias da janela de casa, ter 30% de cobertura verde no bairro e morar a 300 metros de uma praça (Campo Grande News, 2024).

No âmbito de indicadores associados a questão dos espaços públicos, cabe mencionar o indicador “espaços públicos de recreação (por 100.000 habitantes)” que visa mensurar as áreas públicas de recreação ao ar livre no município de modo com intuito de mantê-los de forma equitativa e contínua com vistas para a redução das desigualdades territoriais (Prefeitura Municipal de Vila Velha - ES, 2025).

Diante das características estruturais observadas no espaço das praças e entorno faz-se um questionamento acerca da participação pública na tomada de decisões acerca desses espaços, e, também da identificação e mapeamento quanto à estrutura e usos desses espaços com possibilidades de melhorias. A existência de indicadores e estudos sobre a melhoria na qualidade de vida da população ressalta ainda mais a importância de espaços públicos de lazer e recreação.

⁹ <https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/capital-tem-deficit-de-quase-5-mil-hectares-de-cobertura-arborea-aponta-estudo>

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que, o espaço público das praças no bairro Nova Campo Grande requer a atenção por parte da Prefeitura Municipal, em especial no que tange a identificação e mapeamento considerando seus usos atuais, pois no recorte espacial analisado do total de 20 praças, apenas 3 possuem legislação específica, 1 delas é utilizada atualmente com essa finalidade e as demais encontram-se abandonadas e/ou ocupadas por edificações. No mais, a estrutura desses espaços demanda manutenções ao longo do tempo para a sua correta utilização.

Além disso, a utilização desses espaços pelos moradores contribui com a criação de vínculos entre sociedade e natureza, com vistas à preservação da memória e identidade local. Com isso, se desperta o sentimento de pertencimento e a percepção de cuidar do ambiente o qual utilizam. Ambiente esse que proporciona momentos de lazer, recreação, contemplação e pausas na rotina citadina.

Retomando os objetivos propostos, o mapeamento das praças de domínio público no bairro indica a existência de áreas não contempladas no planejamento ambiental e urbano, mas, que possuem a função de praças, e outras áreas que requerem melhorias estruturais. A maioria das áreas públicas apresentou a escassez de equipamentos/estrutura necessários, tais como bancos, iluminação, bebedouros, placas de identificação, o que prejudica seu uso pelos moradores do bairro. Desta forma, analisar os usos desses espaços é essencial para a compreensão das dinâmicas socioespaciais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rita. *O que é uma cidade?* Disponível em <http://www.aguaforte.com/antropologia/cidade.htm>, acessado em 12/10/2020.

ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de; CASTRO, Rosana Miranda de. **Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil.** Revista Engenharia Civil UM, n.20, 2004.

ALI, Pamella Cosme; DE JESUS, Luciana Aparecida Netto; RAMOS, Larissa Letícia Andara. **Espaços livres de uso público no contexto da segurança urbana.** ISSN 1678-8621 Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212020000300418>

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Parcelamento do solo urbano em Campo Grande: visão crítica e roteiro legal.** Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade para o desenvolvimento do Estado e da região do Pantanal – UNIDERP, Campo Grande, 2001.

BARBOSA, Talita Prado; SILVA, Odari Oliveira da. **Origens e significado do lazer.** Revista científica eletrônica de turismo, Ano VIII, n.14, 2011. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/site/e/turismo-14-edicao-janeiro-de-2011.html#tab758>

BARTALINI, Vladimir. Os Parques Públicos Municipais em São Paulo. Paisagem e Ambiente 9. São Paulo: FAUUSP, 1996. In: SCALISE, Walnyce. **Parques Urbanos - evolução, projeto, funções e uso.** Revista Assentamentos Humanos, Marília, v4, n. 1, p17-24, 2002. Disponível em http://www.unimar.br/fea/assent_humano4/parques.htm.

BARTALINI, V. Áreas verdes e espaços livres urbanos: paisagem e ambiente. São Paulo: Ensaios, 1986.

Bauman, Zygmunt, 1925. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**/Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros.- Rio de Janeiro:Jorge Zahar Ed., 2008.

BRASIL (2006). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília. Senado Federal.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Parques e Áreas Verdes.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes> Acesso em: 12 Out 2020.

BENINI, Sandra Medina. Áreas verdes públicas: A construção do conceito e a análise geográfica desses espaços no ambiente urbano. Dissertação de mestrado em Geografia, Presidente Prudente – SP, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/92855>.

BENTO, Guilherme Ferreira. **A concepção de Bauman para a compreensão da sociedade consumista contemporânea.** vol. 6 n.1 (2023): Diálogos e interfaces do direito. Disponível em:<<https://dir.fag.edu.br/index.php/direito/article/view/136>>

BUSTOS ROMERO, M. A. Arquitetura bioclimática do espaço público. Brasília: UnB, 2001.

BRAMANTE, Antonio Carlos. **Lazer: Concepções e Significados**. Licere, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.9-17, 1998.

CAMPO GRANDE; PLANURB. **Diagnóstico das praças oficiais do município de Campo Grande – MS – 2021 – Parte 2**. Campo Grande – MS, 2021. Disponível em:<https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/pracas-parques-espacos-livres/>

CAMPO GRANDE; PLANURB. Perfil Socioeconômico de Campo Grande/Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano - PLANURB. 30. ed.rev. Campo Grande, 2023.

CAMPO GRANDE NEWS. **Capital tem déficit de quase 5 mil hectares de cobertura arbórea aponta estudo**. Após 14 anos, Plano Diretor Ambiental passou a primeira revisão; só 7 bairros atendem critérios. Disponível em:<<https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/capital-tem-deficit-de-quase-5-mil-hectares-de-cobertura-arborea-aponta-estudo>>

CARDOSO, Vitória Andreassi; FARIAS, Luciana Aparecida. **Quando perceber faz toda a diferença: reflexão sobre topofilia em relação à praça Arlindo Luz, zona norte de São Paulo**. Revista Educação Ambiental em Ação, n.80, 2022. Disponível em: <https://revistaea.org/artigo.php?idartigo=4366>

CAVALHEIRO, Felisberto; DEL PICCHIA, P. C. D. **Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento**. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4 Vitória-ES, de 13 a 18 de set/1992, Anais I e II, pp. 29-38, 1992.

CASTRO, Elias de; GOMES, Paulo Sérgio da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000. Disponível em:http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf

CERQUEIRA, Yasminie Midlej Silva Farias. **Espaço público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/12402>.

COSTA, Renata Rodrigues da; SANTOS, Maria Gleysiane Souza dos; SILVA, Rosineide Nascimento da. **Análise da percepção ambiental dos frequentadores da área verde Dom Constantino Luers, no município de Arapiraca-AL**. REVSAU, Curitiba – PR, v.15, n.1, p. 50-65, 2020.

COSTA, Renata Geniany Silva; COLESANTI, Marlene Munhoz. **A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes**. RAÉ GA, 2011, p. 238-251. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR.

DARODA, Raquel Ferreira. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. Defesa de mestrado em planejamento urbano e regional, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67063/000872122.pdf?sequence=1>

DIAS, Fabiano. **O desafio do espaço público na cidade do século XXI.** Vitruvius, Arquitextos, 2005. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/06.061/453>

DIOGRANDE. **Decreto n. 13.520, de 18 de maio de 2018.** Regulamenta o uso e funcionamento dos espaços públicos e próprios municipais para realização de eventos e dá outras providências. Campo Grande – MS, 2018.

DIOGRANDE. **Lei complementar nº341, de 4 de dezembro de 2018.** Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) e dá outras providências. Campo Grande – MS, 2019. Ano XXII n.5.539 – quarta-feira, 3 de abril de 2019.

ECKER, Vivian Dall'igna. **O conceito de praça para a qualidade da paisagem urbana.** Revista Projetar, Projeto e Percepção do Ambiente v.5, n.1, Janeiro de 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/19559>.

FRANK, Bruno José Rodrigues; YAMAKI, Humberto. **Reflexões e teorias sobre o lazer – um roteiro para a geografia.** Revista Ra'eGa, Curitiba, v.37, p.91 - 109, Ago/2016 ISSN: 2177-2738. Disponível em: [REFLEXÕES E TEORIAS SOBRE O LAZER - UM ROTEIRO PARA A GEOGRAFIA | Frank | RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise \(ufpr.br\)](https://www.ufpr.br/raega/2016/37/1/19559.pdf)

FARACCO, Maysa Maria Benedetti. **As praças de Campo Grande – MS: Percepções de memória e de cultura com potencialidades de desenvolvimento local.** Defesa de mestrado em desenvolvimento local, 2012. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8224-as-pracas-de-campo-grande-ms-percepcoes-de-memoria-e-de-cultura-com-potencialidades-de-desenvolvimento-local.pdf>

FERRARI, Celso. Dicionário de Urbanismo. São Paulo: Disal. 2004.

GOMES, Roberta Meira. **Intervenção Urbana no bairro da Bela Vista, Campina Grande-PB.** 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. Contrastes, Contradições e Complexidades, Maceió – AL, 2016. Disponível em: <https://fau.ufal.br/evento/pluris2016/files/Tema%204%20-%20Planejamento%20Regional%20e%20Urbano/Paper648.pdf>

GOMES, Christiane Luce. **Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura.** Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/430>

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **De largo a jardim: As praças públicas no Brasil – algumas aproximações.** Estudos Geográficos, Rio Claro, 5(1): 101-120, 2007 (ISSN 1678-698X). Disponível em: [DE LARGO A JARDIM: PRAÇAS PÚBLICAS NO BRASIL – ALGUMAS APROXIMAÇÕES | Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia \(unesp.br\)](https://www.unicamp.br/estudosgeograficos/5/1/101.pdf)

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Espaço Público, Espaços Públicos.** GEOgraphia Niterói, Universidade Federal Fluminense. ISSN 15177793 (eletrônico) v.20, n. 44, 2018: set./dez.

HARDER, Isabel Cristina Fialho; RIBEIRO, Roberval de Cássia Salvador; TAVARES, Armando Reis. **Índices de área verde e cobertura vegetal para as praças do município de Vinhedo, SP.** Revista Árvore, v.30, n.2, 2006, p.277-288. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rarv/a/PfFNRxQW5mhY8nstvDDDzvC/?lang=pt>

HOLZER, Werther. **A geografia humanista: uma revisão.** Espaço e Cultura, UERJ, RJ, edição comorativa, p.137-147, 1993-2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6142ratzel>

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida. **Governança ambiental e economia verde.** Revista Ciência & Saúde Coletiva, v.17, n.6, 2012. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/governanca-ambiental-e-economia-verde/10112>

JARDIM, Jamila Paula; UMBELINO, Glauco. **Mapeamento de áreas verdes e da arborização urbana: estudo de caso de Diamantina, Minas Gerais.** Revista Espinhaço, Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil. V.9, n.20, 2020. Disponível em: [Mapeamento de áreas verdes e da arborização urbana: estudo de caso de Diamantina, Minas Gerais | Revista Espinhaço \(revistaespinhaco.com\)](https://revistaespinhaco.com.br/index.php/mapeamento-de-areas-verdes-e-da-arborizacao-urbana-estudo-de-caso-de-diamantina-minas-gerais)

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e desenho da cidade.** 2^a Edição, Fundação Caloute Gulbenkian, Fundação para Ciência e a Tecnologia e Ministério da Ciência e Tecnologia. 2004.

LEMOS, André. **Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** 8. ed. Porto Alegre: sulina, 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=B5i4EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=LEMOS+Cibercultura:+tecnologia+e+vida+social+na+cultura+contemporânea&ots=0QvgADXVzN&sig=rUSHo9Sfi45qLn8-LG92hzBFAQg#v=onepage&q=LEMOS%20Cibercultura%3A%20tecnologia%20e%20vida%20social%20na%20cultura%20contemporânea&f=false>

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. **ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS: CONCEITOS, USOS E FUNÇÕES.** Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais V. 1 No 1 Jan/Jun. 2005. Guarapuava/SP. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiente/article/view/157/185>.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. HYGEIA, ISSN: 1980-1726. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v.10, n.18, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/26487>.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Arte e comunicação, 2002. ISBN 972-44-0379-3

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução.** Livro Eletrônico, 5^a edição revista. Campinas – SP, Autores Associados, 2021.

MARTINS, Guilherme Nogueira; NASCIMENTO, Ana Paula Branco do; GALLARDO, Amarilis Lucia Casteli Figueiredo. **Qualidade de praças e parques urbanos pela percepção da população: potencial de oferta de serviços ecossistêmicos.** Revista Projetar, Projeto e Percepção do Ambiente, v.5, n.3, 2020.

MATIAS, D. C.; BARGOS, L. F. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. Piracicaba, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/66481/38295>

MEDVEDOVISKI, Nirce Saffer; SANTIAGO, Gustavo Benedetti. **O DRUP como ferramenta de requalificação urbana participativa.** Seminário de extensão universitária da região sul – SEURS, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 2019.

MORAES, Antonio Carlos Robert; FERNANDES, Florestan. **Ratzel.** Orgs. Antonio Carlos Robert Moraes; Coord. Florestan Fernandes. Editora Atica, São Paulo, 1990. ISBN 85 08 03571 3. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%C1FICO%202017/2-Ratzel%20-%20Cole%7_o%20Grandes%20Cientistas%20Sociais.pdf

MOURA, Ivanaldo Ribeiro de. **Arborização Urbana: Estudo das praças do bairro centro de Teresina.** Rio Claro-SP, 2010. Dissertação de Mestrado em Geografia, 128p. Disponível em: [Acervo Digital: Arborização urbana: estudo das praças do bairro centro de Teresina \(unesp.br\)](http://acervo.unesp.br/teses/Arborização%20urbana%20estudo%20das%20praças%20do%20bairro%20centro%20de%20Teresina.pdf)

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Bem-estar, Bem-estar social ou Qualidade de Vida: A reconstrução de um conceito.** Semina: Ciências Humanas e Sociais, Londrina, v. 23, p. 107-122, set. 2002.

OLIVEIRA, Tânia Peres; LOPES, Claudivan Sanches. **O lazer como objeto de estudo da geografia.** Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 10, n. 1, p. 19-41, 2018. Disponível em: [v. 10 n. 1 \(2018\) | Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia \(PGE/UEM\)](http://geoinga.uem.br/index.php/geoinga)

PITTON, Sandra Elisa Contri; CASTILHO, Francisco José Vigeta. **Tempo e sensitividade: a sensação e a percepção climática dos moradores urbanos de Rio Claro/SP.** Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente. Universidade Estadual de Londrina, 2005 14p. Disponível em: https://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/francisco_castilho.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. **Portal mais obras.** Disponível em: <https://obras.campogrande.ms.gov.br/empresas/construtora-artec-s-a>

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA - ES. **Observatório de Indicadores de Vila Velha. Espaços Públicos de Recreação (por 100.000 habitantes).** Disponível em: <https://indicador.vilavelha.es.gov.br/indicador/980>

ROBBA, Fábio; MACEDO, Sílvio Soares. **Praças Brasileiras, Public squares in Brazil.** 2^a ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 311 p. Bibliografia. ISBN 85-314-0656-0.

ROBBA, Fábio. **Praças Brasileiras. Paisagismo: Parques e Praças.** Outubro de 2002. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/92078566/Pracas-Brasileiras-fabio-robba-1>

RODRIGUES, Rejane Penna; Bonalume, Cláudia Regina. **Importância da recreação e do lazer.** Cadernos interativos – elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SANT'ANNA, Aline Sant Guimarães de Souza. **As praças públicas em Campos dos Goytacazes-RJ: Dinâmica socioespacial e seus usos.** Estudos Geográficos, Rio Claro. 2020, 18, e12620 (ISSN 1678—698X). Disponível em: [v. 18 n. 1 \(2020\) | Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia \(unesp.br\)](https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3033/2142)

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.** - 4. ed. 2. reimpressão - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado. Fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton. **A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar.** Geotextos, v.1, n.1, 2005. Milton Santos, p.139-151. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3033/2142>

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** Editora Record, Rio de Janeiro; São Paulo, 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7611597/mod_resource/content/1/Milton%20Santos%20%20Maria%20Laura%20Silveira%20-%20O%20Brasil%20-%20Território%20e%20sociedade%20no%20início%20do%20séc.%20XXI.pdf

SANTOS, Talita Batista dos; NASCIMENTO, Ana Paula Branco do; REGIS, Milena de Moura. **Áreas verdes e qualidade de vida: uso e percepção ambiental de um parque urbano na cidade de São Paulo, Brasil.** Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade GeAS, v.8, n.2, p.363-388, 2019. Disponível em: [Áreas verdes e qualidade de vida: uso e percepção ambiental de um parque urbano na cidade de São Paulo, Brasil | Santos | Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade \(uninove.br\)](https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3033/2142)

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental. Teoria e prática.** São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional.** São Paulo, Hucitec, 1996.

SCHWARTZ, Gisele Maria. **O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier.** Licere, Belo Horizonte, v.6, n.2, p.23-31, 2003.

SISGRAN. **Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande.** Campo Grande, MS, 2023. Disponível em: <https://sisgranmaps.campogrande.ms.gov.br>

SILVA, Guilherme Carvalho da. **O Ciberespaço como categoria geográfica.** Dissertação de Mestrado em Geografia, Brasília, 2013. Disponível em: <http://ictes.unb.br/jspui/handle/10482/14214>

SILVA, Tiago Aquino da Costa e; GONÇALVES, Kaoê Giro Ferraz. **Manual de lazer e recreação: O mundo lúdico ao alcance de todos.** 2 ed. Revisada e atualizada. São Paulo – Phorte, 2017.

SIMONELLI, L. **ÁREAS VERDES E ESPAÇOS URBANOS: UMA PROSPECÇÃO.** Aracruz/ES, 2017. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2017a/soc/areas%20verdes.pdf>

SODRÉ, Reges. **Prática espacial, habitus e espaço urbano: ensaio de geografia da vida cotidiana.** Geopauta, Vitória da Conquista, ISSN: 2594-5033, V. 5, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5743/574365255010/574365255010.pdf>

SOUTO, Raquel Dezidério. **O papel da Geografia em face da crise ambiental.** Revista estudos avançados, v.30, n.87, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/119123>

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** DIFEL, Difusão Editorial S.A. São Paulo/Rio de Janeiro, 1974. 151p.

VIERO, Verônica Crestani; BARBOSA FILHO, Luiz Carlos. **Praças públicas: origem, conceitos e funções.** Jornada de pesquisa e extensão, 2009. ULBRA, Santa Maria.

APÊNDICE I



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA CURSO DE GEOGRAFIA - BACHARELADO



ROTEIRO PARA O LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DOS EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS EXISTENTES DAS PRAÇAS PÚBLICAS DO BAIRRO NOVA CAMPO GRANDE

NOME DA PRAÇA: _____

LOCALIZAÇÃO: _____

DATA DA AVALIAÇÃO: _____ / _____ / _____

	Nome Praça	
Equipamentos/Estruturas	Sim	Não
1.Bancos		
2. Iluminação		
3. Lixeiras		
4.Sanitários		
5. Telefone público		
6. Bebedouros		
7. Pista de caminhada		
8. Obra de arte		
9. Espelho d'agua		
10. Hidrometro		
11. Estacionamento		
12. Edificações		
13. Ponto de Onibus		
14. Ponto de Taxi / Moto taxi		
15. Quadra poliesportiva		
16. Campo de futebol gramado		
17. Campo de futebol de terra		
18. Quadra de areia		
19. Aparelhos para exercícios físico		
20. Academa ao ar livre		
21. Parque Infantil		
22. Curso de agua		
23. Placa de Identificação		